

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	10
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	11
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	12
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2017 à 31/12/2017	22
Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2016 à 31/12/2016	23
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2015 à 31/12/2015	24
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	27
Notas Explicativas	41

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	119
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	122
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	123

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.028.701
Preferenciais	474.085
Total	1.502.786
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	31/07/2017	Dividendo	10/08/2017	Ordinária		0,24608
Reunião do Conselho de Administração	31/07/2017	Dividendo	10/08/2017	Preferencial		0,27069
Reunião do Conselho de Administração	01/11/2017	Dividendo	21/11/2017	Ordinária		0,20966
Reunião do Conselho de Administração	01/11/2017	Dividendo	21/11/2017	Preferencial		0,23062

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
1	Ativo Total	6.008.907	6.006.090	5.952.958
1.01	Ativo Circulante	2.471.471	2.333.711	2.245.179
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	443.882	322.103	47.681
1.01.03	Contas a Receber	830.082	917.317	850.351
1.01.03.01	Clientes	666.917	789.170	760.768
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	163.165	128.147	89.583
1.01.04	Estoques	723.579	661.412	596.485
1.01.06	Tributos a Recuperar	62.894	51.171	155.857
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	411.034	381.708	594.805
1.01.08.03	Outros	411.034	381.708	594.805
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	396.287	377.773	583.772
1.01.08.03.03	Operações com Derivativos	14.747	3.935	11.033
1.02	Ativo Não Circulante	3.537.436	3.672.379	3.707.779
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	300.884	622.982	736.172
1.02.01.03	Contas a Receber	47.427	48.376	115.593
1.02.01.06	Tributos Diferidos	129.568	121.655	136.408
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	321.079	272.476
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	123.889	131.872	211.695
1.02.01.09.03	Operações com Derivativos	8.128	282	119
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	20.395	22.379	27.060
1.02.01.09.05	Depósitos para Recursos e Outros	95.366	109.211	181.029
1.02.01.09.07	Plano de Previdência Privada	0	0	3.487
1.02.02	Investimentos	2.105.678	1.993.500	2.018.599
1.02.03	Imobilizado	992.849	932.826	869.384
1.02.04	Intangível	138.025	123.071	83.624

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
2	Passivo Total	6.008.907	6.006.090	5.952.958
2.01	Passivo Circulante	2.817.058	2.741.430	2.709.825
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	120.065	113.985	110.525
2.01.02	Fornecedores	1.732.188	1.574.990	1.494.530
2.01.03	Obrigações Fiscais	148.965	147.913	204.984
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	203.002	238.028	293.583
2.01.05	Outras Obrigações	612.838	666.514	606.203
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	314.080	298.663	244.378
2.01.05.02	Outros	298.758	367.851	361.825
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	387	13.539	47.382
2.01.05.02.05	Outros Passivos	298.371	354.312	314.443
2.02	Passivo Não Circulante	953.270	854.699	903.536
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	35.902	71.657	100.975
2.02.02	Outras Obrigações	662.154	534.638	575.300
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	662.154	534.638	575.300
2.02.04	Provisões	255.214	248.404	227.261
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	222.229	200.392	188.662
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	38.838	47.929	65.895
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	41.138	29.932	21.255
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	42.501	33.464	32.442
2.02.04.01.05	Plano de Previdência Privada	8.216	4.682	0
2.02.04.01.06	Plano de Assistência Médica	91.536	84.385	69.070
2.02.04.02	Outras Provisões	32.985	48.012	38.599
2.02.04.02.05	Outros Passivos	32.985	45.662	26.819
2.02.04.02.06	Operações com Derivativos	0	2.350	11.780
2.03	Patrimônio Líquido	2.238.579	2.409.961	2.339.597
2.03.01	Capital Social Realizado	1.159.103	1.085.793	1.085.793
2.03.02	Reservas de Capital	174.932	138.554	115.021
2.03.04	Reservas de Lucros	815.168	1.159.103	925.274

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
2.03.04.01	Reserva Legal	231.820	217.158	217.158
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	583.348	941.945	708.116
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	13.986	-9.986	-35.550
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	75.390	36.497	249.059

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.683.823	6.453.679	5.981.953
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.510.287	-5.474.416	-5.021.802
3.03	Resultado Bruto	1.173.536	979.263	960.151
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-815.576	-672.237	-650.091
3.04.01	Despesas com Vendas	-755.869	-583.802	-583.580
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-306.294	-341.979	-347.649
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-306.294	-341.979	-347.649
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-12.082	-10.392	130.347
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	258.669	263.936	150.791
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	357.960	307.026	310.060
3.06	Resultado Financeiro	88.508	40.273	54.634
3.06.01	Receitas Financeiras	622.561	838.538	1.112.060
3.06.02	Despesas Financeiras	-534.053	-798.265	-1.057.426
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	446.468	347.299	364.694
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.609	-35.511	-77.902
3.08.01	Corrente	-22.112	-28.872	-46.335
3.08.02	Diferido	11.503	-6.639	-31.567
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	435.859	311.788	286.792
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	435.859	311.788	286.792

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	435.859	311.788	286.792
4.02	Outros Resultados Abrangentes	62.865	-186.998	214.539
4.03	Resultado Abrangente do Período	498.724	124.790	501.331

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	828.858	752.973	366.658
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	468.110	313.427	327.493
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do imposto de renda e contribuição social	446.468	347.299	364.694
6.01.01.03	Depreciação, amortização e exaustão	172.757	153.198	129.729
6.01.01.04	Equivalência patrimonial	-258.669	-263.936	-150.791
6.01.01.05	Provisão e baixa de ativos	34.545	6.404	7.071
6.01.01.06	Provisão e baixa de investimentos	0	817	481
6.01.01.07	Despesas (Receita) de juros com mútuos e financiamentos	45.039	542	3.144
6.01.01.08	Provisões para demandas judiciais e administrativas e atualização monetária	50.469	11.549	59.420
6.01.01.09	Ajuste a valor presente	33.377	-11.020	-17.192
6.01.01.10	Provisões para perda no estoque	6.538	11.712	13.465
6.01.01.11	Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	-9.796	33.329	29.938
6.01.01.12	Remuneração Baseada em Ações	36.378	23.533	30.323
6.01.01.13	Ganhos com Operações com Derivativos	-5.996	0	-39.595
6.01.01.15	Remensuração do valor justo do investimento	0	0	-103.194
6.01.01.17	Venda de Imobilizado	-83.000	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	376.835	469.755	101.062
6.01.02.01	Clientes	138.442	-64.794	-196.952
6.01.02.02	Estoques	-66.953	-79.360	74.580
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-9.739	109.367	3.122
6.01.02.04	Contas a receber partes relacionadas	-21.537	220.179	73.357
6.01.02.05	Dividendos recebidos	242.212	115.440	259.539
6.01.02.06	Demais ativos	-20.224	121.601	-131.721
6.01.02.07	Fornecedores	123.946	83.342	-116.712
6.01.02.08	Contas a pagar partes relacionadas	15.924	54.028	129.017
6.01.02.09	Obrigações com pessoal	6.080	3.460	-3.395
6.01.02.10	Impostos e contribuições	-4.973	-55.159	-98.376
6.01.02.11	Demais passivos	-26.343	-38.349	108.603
6.01.03	Outros	-16.087	-30.209	-61.897

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01.03.01	Pagamento de IR e CS	-16.087	-30.209	-61.897
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-254.264	-303.353	-368.315
6.02.01	Investimento em ativo imobilizado e intangível	-280.436	-262.491	-260.806
6.02.02	Investimentos em controladas	-56.828	-40.862	-107.509
6.02.04	Venda de Imobilizado	83.000	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-452.815	-175.198	-296.429
6.03.01	Ingressos de financiamentos	-21.209	151.881	729.946
6.03.02	Amortizações de financiamentos	-62.124	-234.672	-684.913
6.03.03	Juros pagos sobre financiamentos	0	-2.624	-2.444
6.03.04	Mútuo e C/C entre partes relacionadas	350.373	-83.813	-151.083
6.03.05	Juros recebidos (pagos) sobre mútuos	65.735	-5.456	7.141
6.03.07	Dividendos pagos	-785.590	-514	-195.076
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	121.779	274.422	-298.086
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	322.103	47.681	345.767
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	443.882	322.103	47.681

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.085.793	138.554	1.159.103	0	26.511	2.409.961
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.085.793	138.554	1.159.103	0	26.511	2.409.961
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	36.378	-706.484	0	0	-670.106
5.04.06	Dividendos	0	0	-706.484	0	0	-706.484
5.04.08	Pagamento Baseado em Ações	0	36.378	0	0	0	36.378
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	435.859	62.865	498.724
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	435.859	0	435.859
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	62.865	62.865
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	25.361	25.361
5.05.02.06	Variação Cambial de Investidas no Exterior	0	0	0	0	38.893	38.893
5.05.02.07	Ganho e Perda Atuarial	0	0	0	0	-1.389	-1.389
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	73.310	0	362.549	-435.859	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	14.662	-14.662	0	0
5.06.04	Proposta de Capitalização de Lucros	73.310	0	-73.310	0	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	421.197	-421.197	0	0
5.07	Saldos Finais	1.159.103	174.932	815.168	0	89.376	2.238.579

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	1.085.793	115.021	925.274	0	213.509	2.339.597
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	1.085.793	115.021	925.274	0	213.509	2.339.597
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	23.533	0	-77.959	0	-54.426
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-77.959	0	-77.959
5.04.08	Pagamento Baseado em Ações	0	23.533	0	0	0	23.533
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	311.788	-186.998	124.790
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	311.788	0	311.788
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-186.998	-186.998
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	41.348	41.348
5.05.02.06	Variação Cambial de Investidas no Exterior	0	0	0	0	-212.562	-212.562
5.05.02.07	Ganho e Perda Atuarial	0	0	0	0	-15.784	-15.784
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	233.829	-233.829	0	0
5.06.04	Proposta de capitalização de lucros	0	0	73.310	-73.310	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	160.519	-160.519	0	0
5.07	Saldo Finais	1.085.793	138.554	1.159.103	0	26.511	2.409.961

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	1.085.793	84.698	833.492	0	-1.030	2.002.953
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	1.085.793	84.698	833.492	0	-1.030	2.002.953
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	30.323	-123.301	-71.709	0	-164.687
5.04.06	Dividendos	0	0	-123.301	-71.709	0	-195.010
5.04.08	Pagamento Baseado em Ações	0	30.323	0	0	0	30.323
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	286.792	214.539	501.331
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	286.792	0	286.792
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	214.539	214.539
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-18.072	-18.072
5.05.02.06	Variação Cambial de Investidas no Exterior	0	0	0	0	219.262	219.262
5.05.02.07	Ganho e Perda Atuarial	0	0	0	0	13.349	13.349
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	215.083	-215.083	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	215.083	-215.083	0	0
5.07	Saldo Finais	1.085.793	115.021	925.274	0	213.509	2.339.597

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	8.624.213	8.483.113	7.868.063
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.664.627	8.492.521	7.668.374
7.01.02	Outras Receitas	18.581	23.921	229.627
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-58.995	-33.329	-29.938
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.277.412	-6.028.835	-5.623.427
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.666.865	-5.492.991	-5.010.763
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-610.547	-535.844	-612.664
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.346.801	2.454.278	2.244.636
7.04	Retenções	-172.757	-153.198	-129.729
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-172.757	-153.198	-129.729
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.174.044	2.301.080	2.114.907
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	881.230	1.102.474	1.262.851
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	258.669	263.936	150.791
7.06.02	Receitas Financeiras	622.561	838.538	1.112.060
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.055.274	3.403.554	3.377.758
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.055.274	3.403.554	3.377.758
7.08.01	Pessoal	1.158.379	1.166.645	1.117.703
7.08.01.01	Remuneração Direta	871.153	939.818	907.918
7.08.01.02	Benefícios	241.216	226.827	209.785
7.08.01.03	F.G.T.S.	46.010	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	889.247	1.092.797	881.782
7.08.02.01	Federais	531.155	672.265	668.775
7.08.02.02	Estaduais	352.586	415.504	207.906
7.08.02.03	Municipais	5.506	5.028	5.101
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	571.789	832.324	1.091.481
7.08.03.01	Juros	533.562	798.265	1.057.426
7.08.03.02	Aluguéis	38.227	34.059	34.055
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	435.859	311.788	286.792
7.08.04.02	Dividendos	0	77.959	71.709

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	435.859	233.829	215.083

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
1	Ativo Total	6.852.312	6.569.138	6.749.442
1.01	Ativo Circulante	4.748.854	4.275.415	4.374.350
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.167.658	756.352	490.114
1.01.03	Contas a Receber	1.591.199	1.575.399	1.664.452
1.01.03.01	Clientes	1.302.931	1.393.737	1.530.561
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	288.268	181.662	133.891
1.01.04	Estoques	1.194.372	1.164.499	1.149.531
1.01.06	Tributos a Recuperar	132.914	138.038	261.798
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	662.711	641.127	808.455
1.01.08.03	Outros	662.711	641.127	808.455
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	647.960	637.192	797.384
1.01.08.03.03	Operações com Derivativos	14.751	3.935	11.071
1.02	Ativo Não Circulante	2.103.458	2.293.723	2.375.092
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	463.710	780.968	954.191
1.02.01.03	Contas a Receber	95.730	92.311	116.107
1.02.01.06	Tributos Diferidos	221.210	211.489	234.358
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	321.079	367.210
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	146.770	156.089	236.516
1.02.01.09.03	Operações com Derivativos	8.128	282	119
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	20.485	22.470	27.150
1.02.01.09.05	Depósitos para Recursos e Outros	118.157	133.337	205.760
1.02.01.09.07	Plano de Previdência Privada	0	0	3.487
1.02.02	Investimentos	154.962	148.755	125.944
1.02.03	Imobilizado	1.325.140	1.221.009	1.188.758
1.02.04	Intangível	159.646	142.991	106.199

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
2	Passivo Total	6.852.312	6.569.138	6.749.442
2.01	Passivo Circulante	3.907.022	3.598.242	3.805.680
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	140.379	125.799	125.817
2.01.02	Fornecedores	2.577.771	2.260.527	2.289.079
2.01.03	Obrigações Fiscais	174.762	192.965	316.090
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	206.810	265.702	297.931
2.01.05	Outras Obrigações	807.300	753.249	776.763
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	299.625	222.950	250.161
2.01.05.02	Outros	507.675	530.299	526.602
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	387	15.353	47.382
2.01.05.02.05	Outros Passivos	507.288	514.946	479.220
2.02	Passivo Não Circulante	570.609	426.106	434.513
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	35.902	71.657	100.975
2.02.02	Outras Obrigações	225.255	50.385	45.730
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	225.255	50.385	45.730
2.02.04	Provisões	309.452	304.064	287.808
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	269.532	249.844	238.740
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	69.425	80.336	102.172
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	48.657	39.070	26.613
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	51.698	41.371	40.885
2.02.04.01.05	Plano de Previdência Privada	8.216	4.682	0
2.02.04.01.06	Plano de Assistência Médica	91.536	84.385	69.070
2.02.04.02	Outras Provisões	39.920	54.220	49.068
2.02.04.02.05	Outros Passivos	39.920	51.870	37.288
2.02.04.02.06	Operações com Derivativos	0	2.350	11.780
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.374.681	2.544.790	2.509.249
2.03.01	Capital Social Realizado	1.159.103	1.085.793	1.085.793
2.03.02	Reservas de Capital	174.932	138.554	115.021
2.03.04	Reservas de Lucros	815.168	1.159.103	925.274

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
2.03.04.01	Reserva Legal	231.820	217.158	217.158
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	583.348	941.945	708.116
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	13.986	-9.986	-35.550
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	75.390	36.497	249.059
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	136.102	134.829	169.652

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	9.482.873	9.218.765	9.387.172
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.588.776	-7.634.030	-7.800.892
3.03	Resultado Bruto	1.894.097	1.584.735	1.586.280
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.506.614	-1.280.212	-1.173.906
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.030.775	-777.222	-769.405
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-412.349	-433.157	-470.740
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-412.349	-433.157	-470.740
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-56.195	-55.932	69.480
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.295	-13.901	-3.241
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	387.483	304.523	412.374
3.06	Resultado Financeiro	152.694	128.719	102.025
3.06.01	Receitas Financeiras	741.741	981.835	1.292.675
3.06.02	Despesas Financeiras	-589.047	-853.116	-1.190.650
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	540.177	433.242	514.399
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-112.531	-116.502	-223.515
3.08.01	Corrente	-139.143	-108.223	-217.359
3.08.02	Diferido	26.612	-8.279	-6.156
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	427.646	316.740	290.884
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	427.646	316.740	290.884
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	435.859	311.788	286.792
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-8.213	4.952	4.092

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	435.859	311.788	286.792
4.02	Outros Resultados Abrangentes	72.351	-226.773	249.844
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	508.210	85.015	536.636
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	498.724	124.790	501.331
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	9.486	-39.775	35.305

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.026.664	1.208.828	-479.764
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	805.094	729.224	726.224
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do imposto de renda e contribuição social	540.177	433.242	514.399
6.01.01.03	Depreciação, amortização e exaustão	207.225	187.253	172.951
6.01.01.04	Equivalência patrimonial	7.295	-13.901	-3.241
6.01.01.05	Provisão e baixa de ativos	46.430	7.127	8.002
6.01.01.06	Provisão e baixa de investimentos	0	817	481
6.01.01.07	Despesas (Receita) de juros com mútuos e financiamentos	-12.190	543	3.144
6.01.01.08	Provisões para demandas judiciais e administrativas e atualização monetária	50.657	12.808	93.892
6.01.01.09	Ajuste a valor presente	24.985	-5.145	-13.649
6.01.01.10	Provisões para perda no estoque	4.940	28.039	26.730
6.01.01.11	Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-9.993	53.228	37.107
6.01.01.12	Remuneração Baseada em ações	36.378	23.533	30.323
6.01.01.13	Ganhos com Operações com Derivativos	-7.810	1.680	-40.721
6.01.01.15	Remensuração do valor justo do investimento	0	0	-103.194
6.01.01.17	Venda de Imobilizado	-83.000	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	359.808	652.805	-1.025.797
6.01.02.01	Clientes	108.516	82.972	-398.672
6.01.02.02	Estoques	-31.668	-42.509	34.457
6.01.02.03	Impostos a recuperar	7.111	128.440	-7.744
6.01.02.04	Contas a receber partes relacionadas	-12.176	587.750	-370.768
6.01.02.06	Demais ativos	-94.843	48.447	-112.999
6.01.02.07	Fornecedores	284.829	-24.692	-197.459
6.01.02.08	Contas a pagar partes relacionadas	80.401	-19.345	96.144
6.01.02.09	Obrigações com pessoal	14.580	-18	-3.372
6.01.02.10	Impostos e contribuições	-19.109	-55.486	-107.241
6.01.02.11	Demais passivos	22.167	-52.754	41.857
6.01.03	Outros	-138.238	-173.201	-180.191
6.01.03.01	Pagamento de IR e CS	-138.238	-173.201	-180.191

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-243.260	-495.022	-138.694
6.02.01	Investimento em ativo imobilizado e intangível	-347.138	-331.643	-298.054
6.02.02	Investimentos em controladas	-13.500	-37.550	-20.920
6.02.03	Variação de investimento no exterior	34.378	-125.829	180.280
6.02.04	Venda de Imobilizado	83.000	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-372.098	-447.568	385.706
6.03.01	Ingressos de financiamentos	-6.909	178.135	729.946
6.03.02	Amortizações de financiamentos	-101.794	-237.601	-680.565
6.03.03	Juros pagos sobre financiamentos	0	-2.624	-2.444
6.03.04	Mútuo e C/C entre partes relacionadas	456.460	-394.131	540.602
6.03.05	Juros recebidos (pagos) sobre mútuos	65.735	10.903	7.141
6.03.07	Dividendos pagos	-785.590	-2.250	-208.974
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	411.306	266.238	-232.752
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	756.352	490.114	722.866
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.167.658	756.352	490.114

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.085.793	138.554	1.159.103	0	26.511	2.409.961	134.829	2.544.790
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.085.793	138.554	1.159.103	0	26.511	2.409.961	134.829	2.544.790
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	36.378	-706.484	0	0	-670.106	0	-670.106
5.04.06	Dividendos	0	0	-706.484	0	0	-706.484	0	-706.484
5.04.08	Pagamento Baseado em Ações	0	36.378	0	0	0	36.378	0	36.378
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	435.859	62.865	498.724	1.273	499.997
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	435.859	0	435.859	-8.213	427.646
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	62.865	62.865	9.486	72.351
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	25.361	25.361	0	25.361
5.05.02.06	Variação Cambial de Investidas no Exterior	0	0	0	0	38.893	38.893	9.486	48.379
5.05.02.07	Ganho e Perda Atuarial	0	0	0	0	-1.389	-1.389	0	-1.389
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	73.310	0	362.549	-435.859	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	14.662	-14.662	0	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital proveniente dos Lucros	73.310	0	-73.310	0	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	421.197	-421.197	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.159.103	174.932	815.168	0	89.376	2.238.579	136.102	2.374.681

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Iniciais	1.085.793	115.021	925.274	0	213.509	2.339.597	169.652	2.509.249
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	1.085.793	115.021	925.274	0	213.509	2.339.597	169.652	2.509.249
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	23.533	0	-77.959	0	-54.426	0	-54.426
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-77.959	0	-77.959	0	-77.959
5.04.08	Pagamento Baseado em Ações	0	23.533	0	0	0	23.533	0	23.533
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	311.788	-186.998	124.790	-34.823	89.967
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	311.788	0	311.788	4.952	316.740
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-186.998	-186.998	-39.775	-226.773
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	41.348	41.348	0	41.348
5.05.02.06	Variação cambial de Investidas no Exterior	0	0	0	0	-212.562	-212.562	-39.775	-252.337
5.05.02.07	Ganho e Perda Atuarial	0	0	0	0	-15.784	-15.784	0	-15.784
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	233.829	-233.829	0	0	0	0
5.06.04	Proposta de capitalização de lucros	0	0	73.310	-73.310	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	160.519	-160.519	0	0	0	0
5.07	Saldo Finais	1.085.793	138.554	1.159.103	0	26.511	2.409.961	134.829	2.544.790

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.085.793	84.698	833.492	0	-1.030	2.002.953	130.255	2.133.208
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.085.793	84.698	833.492	0	-1.030	2.002.953	130.255	2.133.208
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	30.323	-123.301	-71.709	0	-164.687	0	-164.687
5.04.06	Dividendos	0	0	-123.301	-71.709	0	-195.010	0	-195.010
5.04.08	Pagamento Baseado em Ações	0	30.323	0	0	0	30.323	0	30.323
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	286.792	214.539	501.331	39.397	540.728
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	286.792	0	286.792	4.092	290.884
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	214.539	214.539	35.305	249.844
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-18.072	-18.072	0	-18.072
5.05.02.06	Variação cambial de Investidas no Exterior	0	0	0	0	219.262	219.262	35.305	254.567
5.05.02.07	Ganho e Perda Atuarial	0	0	0	0	13.349	13.349	0	13.349
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	215.083	-215.083	0	0	0	0
5.06.04	Retenção de Lucros	0	0	215.083	-215.083	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.085.793	115.021	925.274	0	213.509	2.339.597	169.652	2.509.249

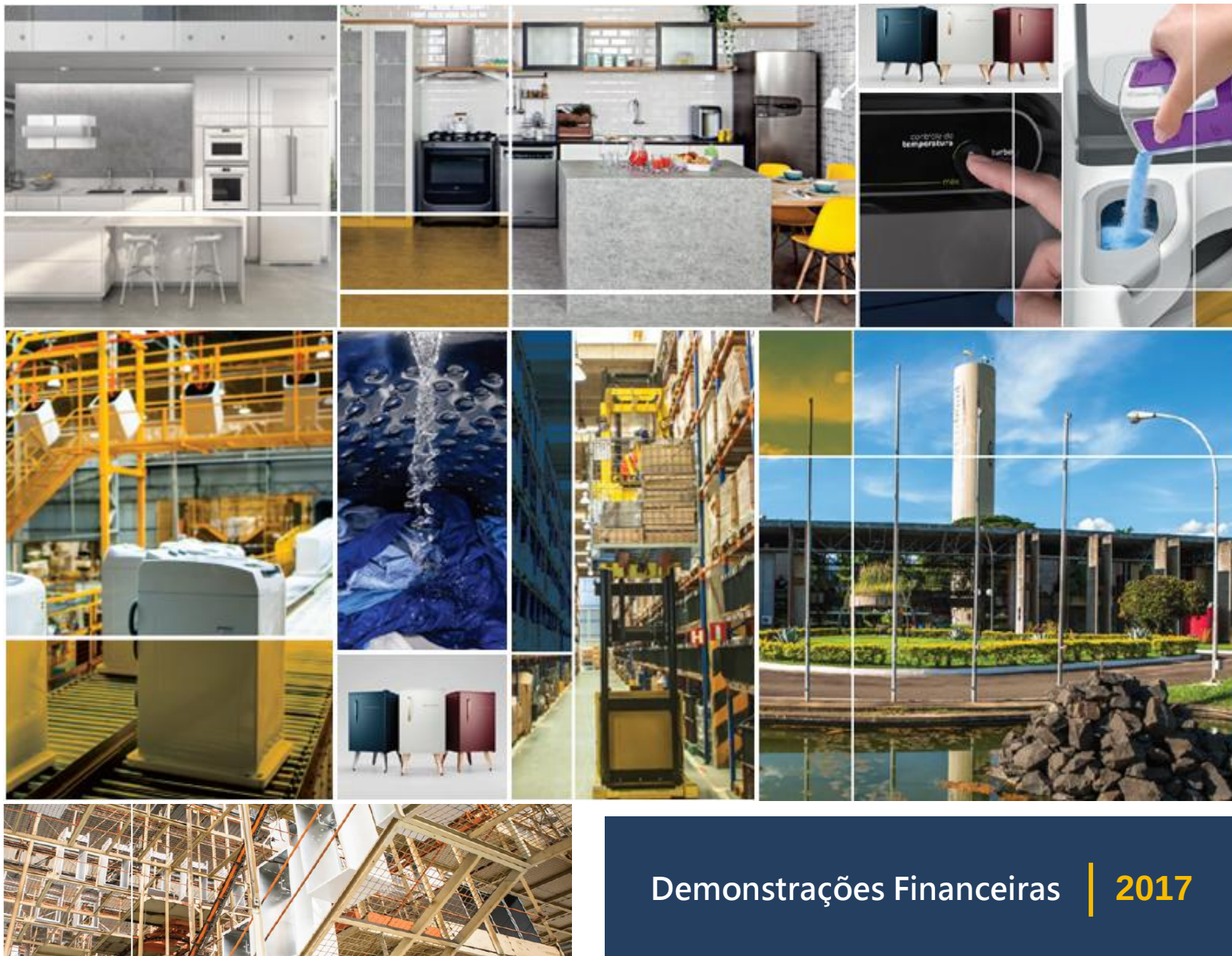
DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	11.773.307	11.640.349	11.552.407
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.908.154	11.668.156	11.372.163
7.01.02	Outras Receitas	-58.317	25.421	217.351
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-76.530	-53.228	-37.107
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.761.430	-8.504.779	-8.740.202
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.926.215	-7.784.569	-7.786.788
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-835.215	-720.210	-953.414
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.011.877	3.135.570	2.812.205
7.04	Retenções	-207.225	-187.253	-172.951
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-207.225	-187.253	-172.951
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.804.652	2.948.317	2.639.254
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	734.446	967.934	1.289.434
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.295	-13.901	-3.241
7.06.02	Receitas Financeiras	741.741	981.835	1.292.675
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.539.098	3.916.251	3.928.688
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.539.098	3.916.251	3.928.688
7.08.01	Pessoal	1.374.138	1.388.982	1.339.609
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.027.867	1.104.607	1.056.693
7.08.01.02	Benefícios	299.077	284.375	282.916
7.08.01.03	F.G.T.S.	47.194	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.086.038	1.302.648	1.051.563
7.08.02.01	Federais	647.964	775.680	882.558
7.08.02.02	Estaduais	426.597	518.168	158.172
7.08.02.03	Municipais	11.477	8.800	10.833
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	651.276	907.881	1.246.632
7.08.03.01	Juros	590.792	853.116	1.190.650
7.08.03.02	Aluguéis	60.484	54.765	55.982
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	435.859	311.788	286.792
7.08.04.02	Dividendos	0	77.959	71.709

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	435.859	233.829	215.083
7.08.05	Outros	-8.213	4.952	4.092
7.08.05.01	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-8.213	4.952	4.092



Whirlpool
CORPORATION

Demonstrações Financeiras | 2017

BRASTEMP

Consul

KitchenAid®

embraco



INFORMAÇÕES GERAIS | DFP 2017

• Cotações:

WHRL3: R\$ 4,65

WHRL4: R\$ 4,99

• Ações emitidas:

ON: 1.028.701

PN: 474.085

Total: 1.502.786

• Contatos RI:

Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina
VP de Relações com Investidores

Suely Morales Zinezi
CFO LAR

Thiago Agda de Sousa
Gerente de Relações com Investidores

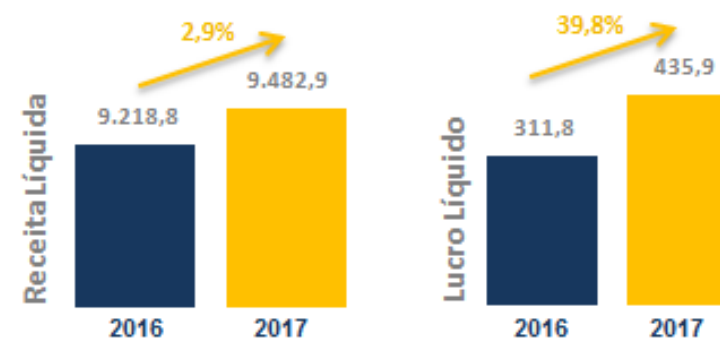
e-mail: gcg-investidores@whirlpool.com

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO | DFP 2017

A Companhia registrou no ano de 2017 findo em 31 de dezembro de 2017 um lucro líquido de R\$435.859 ou 4,6% das receitas líquidas consolidadas, que totalizaram R\$9.482.873.

No mesmo período em 2016, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$311.788 e uma receita líquida de R\$9.218.765.

O valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2017 é de R\$1,5801.



BRASTEMP

Consul

KitchenAid

embraco

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Whirlpool, bem como as Demonstrações Financeiras consolidadas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

1. CENÁRIO ECONÔMICO

Mercado Interno

O PIB em 2017 deve apresentar crescimento de 1%, com a inflação atingindo 2,95%, ficando abaixo do piso da meta (3%). A taxa básica de juros – Selic – atingiu o nível mais baixo da série histórica (7%) devido à evolução das condições econômicas, embora pautas importantes, como à aprovação da reforma da Previdência no Congresso, ainda permaneçam incertas. A taxa de desemprego no quarto trimestre continuou alta (11,8%), porém abaixo do trimestre anterior (12,4%). A taxa média do ano foi de 12,7%, superando a registrada em 2016 (11,5%), sendo a maior já registrada na série histórica.

O ano de 2017 começou e terminou com o dólar próximo ao patamar de R\$3,30, com uma alta acumulada de 1,94 impactado pelo atual cenário político brasileiro e pela maior cautela em relação ao ambiente externo, além da piora da percepção sobre a aprovação da reforma da Previdência.

A expectativa econômica para 2018 é de um crescimento um pouco mais acelerado do que em 2017, com um crescimento do PIB de aproximadamente 2,7%, embora a taxa de desemprego permaneça alta (diminuindo para 11,9% até o final de 2018). O mercado estima que o Banco Central do Brasil reduzirá a taxa Selic até o patamar de 6,5%, enquanto a inflação deve ficar abaixo da meta pela segunda vez, em dois anos consecutivos.

A incerteza no cenário político devido às eleições eleitorais deve intensificar a volatilidade do mercado, dado o impacto que o resultado das eleições pode causar na política econômica do país. O momento de pré-eleição deve gerar um período de ansiedade do mercado, antecipando os riscos de mudanças nas políticas fiscais e econômicas.

Mercado externo

No cenário externo, o quadro econômico continua construtivo para as economias dos mercados emergentes. A economia americana segue com bom desempenho, impulsionada principalmente pelo consumo, com a inflação mantendo-se abaixo de 2% e com evolução positiva do mercado de trabalho. Há perspectiva de que o Fed promova um ciclo de elevação dos juros nos próximos meses, porém não deverá ser suficiente para impactar de forma negativa os mercados emergentes.

A vitória de Donald Trump nas eleições americanas de 2016 aumentou a expectativa por medidas protecionistas, e para 2018 é esperado que os Estados Unidos aumentem as restrições comerciais, especialmente visando rebalancear o comércio com a China. Ainda, há uma expectativa de renegociação dos acordos relativos ao NAFTA.

A América Latina passou por um ano de recuperação, como resultado do aumento da confiança e recuperação de atividade industrial e comércio. A expectativa é que a produção industrial atinja um aumento de 3,4% no ano (1,3% em 2016) e deve permanecer em 3,8% em 2018, com projeções favoráveis para Chile, Equador, México, Panamá e Peru. O desafio comum para a região permanece a necessidade de ajustes fiscais. Além disso, 2018 será um ano de eleições políticas, com um potencial para candidatos com políticas não favoráveis ao Mercado, especialmente em países como o Brasil e o México.

Sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, muitos temas comerciais ainda estão incertos e deverão ser discutidos na fase de transição da saída do bloco. Não são esperadas reformas fiscais significativas na União Europeia, a demanda doméstica continua sobre pressão devido à alta inflação, porém as exportações se beneficiaram com o aumento da demanda em 2018.

A China apresentou recuperação do crescimento anual (6,9%), porém se manteve estável no último trimestre do ano e a projeção para 2018 é que o crescimento seja moderado em comparação com os últimos anos, com foco em políticas de diminuição de risco, combate a pobreza e controle da poluição.

2. MERCADOS

A expectativa é que o mercado de linha Branca apresente uma pequena evolução, com crescimento de 1% em 2017. Apesar da incerteza política, a melhora da concessão de crédito e dos níveis de emprego deve garantir o aumento da demanda para o próximo ano. O aumento das vendas, porém, deve vir acompanhado de aumento do preço do produto vendido, devido ao aumento do custo das principais matérias-primas.

Na Argentina, o mercado de eletrodomésticos cresceu 17% em 2017 e com expectativas positivas para 2018, em parte devido às políticas de incentivo do governo para a produção local de geladeiras, lava-roupas e fogões.

Em 2017, o mercado chinês não teve significativa expansão no mercado de refrigeradores e compressores, fazendo com que as empresas chinesas visassem o aumento das exportações, impactando a oferta de compressores na América do Norte e na Europa. Além disso, para o setor de compressores, o mercado de peças de reposição cresceu além das expectativas devido ao alto estoque na cadeia de distribuição. Na África e na América Latina o volume foi mantido, porém com uma menor rentabilidade devido à pressão nos preços. O segmento comercial foi impactado devido ao mix na Europa e a pressão de competidores na América do Norte e na China.

Em 2017, a Whirlpool lançou em média quatro produtos por semana no mercado nacional com as marcas Brastemp e Consul. Com o objetivo de consolidar o novo posicionamento “Sem Dúvida, Brastemp”, a marca teve como destaque uma nova geração de eletrodomésticos, com novidades em seis categorias: refrigerador, lavadora, lava-louças, adega, micro-ondas e purificador. Como destaques foram apresentados o primeiro e único refrigerador do mercado com a tecnologia “Freeze Control Advanced”, e uma lavadora inteligente, com cestos independentes, que permite a lavagem de diferentes tipos de roupa ao mesmo tempo, com a tecnologia Dual Wash. Também chegaram ao mercado uma lava-louças de 14 serviços e com a função Smart Sensor, que identifica o nível de sujeira nas louças e programa automaticamente o ciclo, e o primeiro purificador de água com opção de água com gás do mercado brasileiro, com a função Bubble Expert. Ainda foi lançada uma campanha 100% online para destacar as novidades e homenagear o legado da marca e suas propagandas históricas. Para Consul, como reforço do posicionamento “Bem Pensado”, aconteceu o lançamento da lavadora mais econômica do mercado com a funcionalidade Maxi Economia 13kg, capaz de poupar 40% de água e sabão, o que resulta, no período de um ano, em uma economia de cerca de R\$ 600,00. Também foi apresentado um micro-ondas com capacidade para 32 litros, o diferencial “tira-odor”, além de menu descongelar e diversos níveis de potência.

A marca KitchenAid lançou um novo modelo de liquidificador (Liquidificador com Magnetic Drive), cujas lâminas são acionadas por meio de impulsos magnéticos. Esse produto já conquistou prêmios internacionais, como o Red Dot e o “Best of the Best”, prêmio de design de produto inovador. Além disso, lançou produtos dedicados ao mercado profissional, com a batedeira e mixer de mão comerciais, atendendo à demanda desse mercado.

3. RESULTADOS

Resultado das Operações

No ano de 2017, a receita líquida de vendas da Whirlpool S.A. consolidado totalizou R\$9.483 milhões (R\$9.219 milhões em 2016), representando um aumento de 2,9% em relação ao ano anterior. O resultado do exercício após participação em sociedades controladas e coligadas e antes dos impostos foi de R\$540 milhões (R\$433 milhões em 2016), equivalente a 5,70% da receita líquida de vendas e serviços (4,70% em 2016).

Lucro Líquido

O lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 alcançou R\$435,8 milhões (R\$311,8 milhões em 2016), equivalente a R\$0,29 por ação (R\$0,21 em 2016).

4. AÇÃO CORPORATIVA E RESPONSABILIDADE

A Whirlpool direciona suas atividades para o desenvolvimento de produtos e processos sustentáveis, considerando os fatores sociais, econômicos e ambientais de forma responsável.

Reconhecida pelo pioneirismo e sempre atenta às demandas do consumidor cada vez mais exigente, em 2017, a Brastemp apostou no lançamento de uma nova geração de produtos, mantendo-a à frente do mercado de linha branca, tangibilizando soluções exclusivas para reforçar seu posicionamento apresentado no final de 2016, “Sem dúvida, Brastemp”. A Brastemp trouxe novos conceitos em seis categorias de produtos: geladeiras, lavadora de roupas, micro-ondas, lava-louças, adegas e purificador, de modo a destacar atributos inéditos ao consumidor.

Já a Consul apresentou a lavadora 13Kg mais econômica do mercado, com a tecnologia Maxi Economia, que permite economizar 40% de água e sabão em pó. Com o eco enxague possibilita a economia de 10% da água do enxague sem prejudicar o processo. E com a função

Reutilizar Água, reaproveita até 100% da água remanescente usada no processo de lavagem, enxague, ou das duas etapas. Além disso, a lavadora economiza até R\$600,00 por ano em água e sabão em pó.

Em 2017, a Companhia foi reconhecida como a empresa mais sustentável do setor de eletroeletrônicos, segundo o Guia Exame de Sustentabilidade, ranking no qual estamos presentes desde 2010. Um resultado que mostra a prioridade da Companhia em desenvolver processos e produtos sustentáveis.

No Brasil, a Whirlpool atingiu a meta de zerar o envio de resíduos para aterros desde 2015, tornando-se a primeira empresa do setor de eletrodomésticos do mundo alcançar este feito.

Com o Instituto Consulado da Mulher, ação social da Consul, seguimos empoderando e qualificando mulheres empreendedoras, fazendo com que elas se sintam confiantes e capazes de empreender ou ampliar seus negócios, gerar renda e adquirir autonomia financeira, saindo da informalidade.

Ações de Responsabilidade Social

Comprometimento Social

Instituto Consulado da Mulher

O Instituto Consulado da Mulher é uma ação social da marca Consul. Desde 2002, atua com foco na transformação social por meio do incentivo ao empreendedorismo feminino. Nacionalmente, o Instituto seleciona, apóia e empodera mulheres empreendedoras, oferecendo assessoria na gestão de micro negócios e capacitações para que empreendam de forma mais eficiente.

Construímos ao lado delas o mundo que acreditamos e que queremos viver: um mundo mais justo e sustentável.

O Consulado da Mulher conta com uma metodologia própria de assessoria a empreendimentos populares, reconhecida pela Fundação Banco do Brasil e Unesco como uma tecnologia social, replicável, eficaz e que entrega os resultados aos quais se propõe. Sua atuação se dá de duas maneiras: regionalmente, a partir da Seleção de Empreendedoras (projetos coletivos e individuais); e nacionalmente, por meio do Prêmio Consulado da Mulher (projetos coletivos, com liderança feminina e 70% de atuação de mulheres). O número de projetos inscritos no prêmio nos últimos três anos foram: 96 em 2017, 128 em 2016 e 106 em 2015.

Em 15 anos de atuação, o Consulado já beneficiou mais de 34 mil pessoas e 427 projetos (empreendimentos).

Investimento Social

A Whirlpool já investiu mais de R\$ 24 milhões no estado de Santa Catarina, nos mais variados setores: saúde, cultura, educação, esporte, meio ambiente, dentre outros.

Desde 2012, apoia o Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, com patrocínios via Lei Federal de Incentivo à Cultura e com recursos financeiros, totalizando R\$ 1,9 milhão investido.

Conta também com o Prêmio Embraco de Ecologia que, em 2018, completa 25 anos de atuação. O objetivo do Prêmio é incentivar as escolas a terem uma infraestrutura mais sustentável (envolvendo espaço físico, currículo e gestão) e trabalhar a educação socioambiental em várias disciplinas. O Prêmio Embraco de Ecologia já beneficiou mais de 100 mil pessoas e recebeu 823 projetos, 118 dos quais posteriormente implantados com o patrocínio da Embraco.

No Amazonas apoia algumas instituições e projetos, como a APAE Manaus, Fundação Amazonas Sustentável e a Virada Sustentável Manaus, que teve sua 3ª edição realizada em 2017.

Em São Paulo, apoia projetos como a Virada Sustentável, e instituições como a ONG Gerando Falcões, AACD e Hospital do Câncer de Barretos.

Ações de Sustentabilidade

Comprometimento Ambiental

A atuação da Companhia se pauta pelo atendimento às necessidades de seus consumidores com ética, inovação e transparência, oferecendo produtos e negócios com reduzido impacto ambiental. A diminuição do consumo de energia elétrica, água e até mesmo de insumos, além da mitigação dos impactos sobre o meio ambiente, são características levadas em conta no desenvolvimento dos produtos da Companhia, desde a fase de elaboração dos projetos, manufatura, distribuição, uso e até o final de sua vida útil.

Ações de Meio Ambiente

As plantas possuem metas específicas para o consumo de água, energia elétrica, gás natural e para o envio de resíduos sólidos para aterro. O objetivo é, sistematicamente, melhorar a performance quanto ao consumo de recursos naturais e quanto ao impacto causado pela geração de resíduos.

A Companhia concentra seus esforços de engenharia e design para colocar no mercado opções que sejam verdadeiramente úteis para consumidores e que tenham a melhor relação custo/benefício. Para isso, aplica, desde 2010, a ferramenta Design for Environment (DfE), que mensura o impacto do produto ao meio ambiente, desde o projeto até o seu descarte, pós-uso. O cuidado com a segurança e saúde dos nossos funcionários e prestadores de serviços, além de toda a preocupação com meio ambiente, são fatores fundamentais para a gestão da empresa. Mensalmente, os resultados de todas as unidades nesta área são reportados para a alta administração com base em metas extremamente rígidas, buscando a melhoria contínua ano a ano.

De acordo com os dados do Dashboard, em 2017 tivemos uma redução de aproximadamente 32% em acidentes de trabalho, em comparação ao ano passado (2016).

E, em comparação ao relatório de quatro anos atrás (2013), obtivemos uma melhora de 66%.

Desde 2015, mantemos a meta de envio de zero resíduos industriais e não industriais para aterros. Para alcançar o objetivo de eliminar os resíduos, a Whirlpool desenvolveu diversas ações de incentivo à liderança, conscientização e mudança de comportamento de colaboradores para redução de desperdício e melhoria da segregação de materiais, engajamento de fornecedores, desenvolvimento de oportunidades de negócio junto a parceiros externos para reciclagem ou reutilização de resíduos, além de investimento em novos processos, tecnologias e materiais. Entre as alternativas encontradas pela companhia para substituir o envio dos resíduos para aterro estão a compostagem e o coprocessamento em cimenteira, em que o resíduo é utilizado como combustível para os fornos de produção de cimento, substituindo matéria-prima virgem, como carvão ou gás natural. Os materiais que não podem ser reciclados são destinados à incineração, e a companhia segue em busca de novas tecnologias para melhorar a classificação e a segregação dos resíduos.

Cadeia de valor responsável

Além do Código de Ética, que orienta a conduta dos colaboradores ao se relacionar com públicos de interesse, a Companhia também se preocupa com o envolvimento da sua cadeia de valor e com o modo de atuação de seus fornecedores.

Desde 2015, a Whirlpool tornou obrigatória para a cadeia de fornecedores os princípios de seu Código de Conduta, de forma a garantir a aderência aos mesmos compromissos para a sustentabilidade de seus parceiros, anualmente as empresas são auditadas para a verificação do cumprimento dos compromissos, sendo estes essenciais para a manutenção dos contratos.

Pessoas

VISÃO

As melhores marcas e produtos para o consumidor, em todos os lares ao redor do mundo.

MISSÃO

Criar demanda e conquistar a confiança todos os dias.

VALORES

Respeito | Integridade | Diversidade e Inclusão | Trabalho em equipe | Espírito de vitória

ESTRATÉGIA

Liderança em Produto | Excelência Operacional | Liderança em Marca | Excelência em Pessoas

O pilar da Excelência em Pessoas é instituído a partir de uma Arquitetura Estratégica Global e traduz a identidade da empresa em oferecer oportunidades a todos os colaboradores, se valendo de uma cultura meritocrática.

Três diretrizes compõem esse pilar e estruturam as atividades do departamento: Performance Extraordinária, Ótimas Pessoas e Cultura Vencedora.

Contamos com processos estruturados de seleção, feedback e avaliação de colaboradores, que garantem nossa estratégia de seleção e retenção de talentos.

Pela 21ª vez consecutiva, a Whirlpool figurou entre as “Melhores Empresas para Você Trabalhar”, premiação realizada pela Você S/A em parceria com a Fundação Instituto de Administração (FIA), com destaque para a categoria Carreira.

Inovação e Tecnologia

A Whirlpool considera inovação como um dos pilares fundamentais para a competitividade da empresa e, por isso, investe em talentos e infraestrutura dentro e fora da empresa.

Para a Whirlpool, inovação significa o desenvolvimento de produtos e soluções únicas e a empresa não mede esforços e investimentos para antecipar tendências de mercado mundiais que se traduzem em soluções e benefícios reais ao consumidor. Portanto, se o consumidor não perceber o real benefício do produto, não o consideramos como inovado.

A partir do mapeamento de lacunas de competências e capacidades e do ímpeto de aperfeiçoar soluções, bem como desenvolver novos produtos, a Whirlpool conta com parcerias com universidades e institutos de P&D como Udesc, Senai-SC e UFSC, maior parceiro e com quem há 36 anos convertemos pesquisas de ponta em aplicação acessível à população.

Outra parceria bastante relevante é o Inova Talentos. Participamos do Programa, pertencente ao Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o objetivo de colaborar para a formação de profissionais aptos a atuar no setor de inovação empresarial. Enviamos projetos à entidade para os quais buscamos talentos que identifiquem soluções criativas e, posteriormente, sejam orientados em suas pesquisas.

Desde 2014, mais de 100 bolsistas foram inseridos pelo programa Inova Talentos em projetos de inovação em produto, processo e organizacional.

No Brasil, possui 23 Laboratórios e Centros de Tecnologia em Rio Claro/SP, para Lavanderia e Lava-louças; em Joinville/SC, para Refrigeração, Ar Condicionado e Água, Cocção e Micro-ondas; e destina 3% a 4% do seu faturamento a pesquisa e desenvolvimento. São em média quatro lançamentos por semana, anualmente.

Recentemente, a Whirlpool figurou entre as cinco empresas mais inovadoras do país segundo ranking Best Innovator, promovido em parceria com a A.T.Kearney.

Foi considerada também a empresa mais inovadora da região Sul do Brasil, segundo o ranking do Prêmio Campeões da Inovação 2017, promovido pela Revista Amanhã.

Pela terceira vez consecutiva, esteve presente entre as empresas mais inovadoras do País, conforme ranking do Valor Inovação Brasil, do jornal Valor Econômico e consultoria Strategy&.

Reconhecimentos obtidos pela Whirlpool S.A.

- Pelo 21º ano consecutivo, está presente no Guia Você S/A das Melhores Empresas para Você Trabalhar, sendo uma das únicas empresas presentes no ranking desde a primeira edição.
- A Whirlpool Latin America foi reconhecida pela 6ª vez como uma das Melhores empresas para Trabalhar, segundo o Great Place to Work em parceria com a Revista Época, da editora Globo.
- A Companhia está entre as 45 Melhores Empresas para Começar a Carreira, segundo a revista Você S/A.
- Há 5 anos consecutivos, a Whirlpool S/A (eletrodomésticos e Embraco) é destaque no Prêmio Época 360º, categoria Eletroeletrônica.
- O presidente da Whirlpool Latin America, João Carlos Brega, foi reconhecido pela quinta vez consecutiva como Executivo de Valor do setor de eletroeletrônicos, segundo o jornal Valor Econômico.

- Há 5 anos, a Whirlpool S/A (eletrodomésticos e Embraco) está no ranking Melhores & Maiores, e pela 4ª vez, é líder na categoria “Eletroeletrônicos”.
- Em 2017, foi reconhecida como a empresa mais sustentável do setor de eletroeletrônicos, segundo o Guia Exame de Sustentabilidade, ranking no qual estamos presentes desde 2010.

BRASTEMP E CONSUL

- Nossas marcas estão na mente e no coração dos consumidores.
- A Brastemp foi Top Of Mind, pela 11ª vez na categoria “Lavadora de Roupa”, de acordo com ranking produzido pela Folha de São Paulo.
- E a Consul é a marca mais lembrada na categoria refrigeradores, há 27 anos, desde a criação da premiação Top of Mind, promovida pelo jornal Folha de S.Paulo.

5. RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Atendendo à determinação de divulgação das informações pertinentes ao relacionamento com os auditores independentes, nos termos da Instrução CVM nº 381/03, informamos que no exercício de 2017, a Whirlpool S.A. utilizou serviços prestados pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. referente a auditoria externa independente que estão em conformidade com as regras de independência estabelecidas pelas normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Todos os serviços prestados pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., de auditoria em geral, bem como os de revisão de impostos e obrigações acessórias, são, em observância às normas locais e internacionais aplicáveis, devidamente analisados e aprovados, principalmente quanto às questões de independência, pela Administração da Companhia.

6. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos parceiros, acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, instituições financeiras e outros que, por mais um ano, colaboraram para o desempenho da Companhia e que nos ajudam a, cada vez mais, superar as dificuldades impostas pelo mercado, em busca da lealdade de nossos consumidores.

A Administração

Fevereiro de 2018



1. Contexto Operacional | DFP 2017

A Whirlpool S.A. (doravante denominada Companhia ou Whirlpool) é uma sociedade anônima, domiciliada em São Paulo, Capital, e suas ações são negociadas na B³ Brasil Bolsa Balcão (sob códigos de negociação WHRL3 e WHRL4).

No Brasil, possui quatro unidades fabris e um centro de distribuição. No exterior, possui três unidades fabris, sendo duas na China e uma na Argentina e possui escritórios na Argentina, Chile, Peru e Estados Unidos.

A Whirlpool S.A. e suas controladas têm por objeto social:

- a) A industrialização, a comercialização, a importação, a exportação, a comissão, a consignação e a representação de:
 - i. produtos metalúrgicos, químicos, saneantes domissanitários, elétricos e eletrônicos, outros bens de consumo, produtos alimentícios e, especialmente, máquinas e aparelhos de todos os tipos para uso doméstico e comercial, tais como, mas não limitados a: refrigeradores, congeladores, refrigeradores-congeladores, aparelhos de ar condicionado, fabricantes de gelo, fogões, lavadoras de pratos, trituradores de lixo, compactadores de lixo, aspiradores de pó, lavadoras, secadoras de roupas e fornos de micro-ondas; e
 - ii. compressores herméticos para refrigeração, motores elétricos; e
 - iii. máquinas, equipamentos, ferramentas, fundidos, componentes, peças, matérias-primas, insumos e óleo lubrificante acabado necessários à fabricação e venda dos produtos das Companhias.
- b) A prestação de serviços de manutenção, de instalação e assistência técnica, e de desenvolvimento de projetos relacionados aos produtos acima especificados.
- c) A compra e venda no mercado nacional de produtos adquiridos de terceiros, inclusive com a finalidade de realizar exportação para qualquer país.
- d) Armazém geral de produtos elétricos, eletrônicos, metalúrgicos, móveis e aparelhos eletrodomésticos, a guarda expedição, armazenagem e transporte de mercadorias e documentos, a locação de área, produtos e equipamentos e a prestação de serviços logísticos.

A emissão das presentes informações anuais foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 20 de fevereiro de 2018.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo a International Accounting Standard Board (IASB).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversos critérios de avaliação utilizados, incluindo nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas, cuja participação percentual detida na data do balanço é como segue:

	Participação no capital social - %			
	2017		2016	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	99,43	-	99,43	-
CNB Consultoria Ltda.	99,99	-	99,99	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd.	66,92	-	66,92	-
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances Co. Ltd.	100,00	-	100,00	-
Ealing Compañía de Gestiones y Participaciones S.A.	100,00	-	100,00	-
Embraco North America, Inc.	-	100,00	-	100,00
Latin America Warranty S.A.	95,00	4,97	95,00	4,97
Whirlpool Argentina S.A.	96,87	3,11	95,00	4,97
Whirlpool Puntana S.A.	-	99,95	-	99,95
Whirlpool Chile Ltda.	99,99	0,01	99,99	0,01
Whirlpool Peru S.R.L.	-	100,00	-	100,00
Mlog Armazém Geral Ltda.	100,00	-	100,00	-
Up Points Serviços Empresariais S.A.	54,50	-	54,50	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo esta a data na qual a Companhia detém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos nas empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos controladores e aos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em saldo negativo.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da controladora e consolidada são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada determina sua própria moeda funcional e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são convertidas para o Real na data do balanço.

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado, com a exceção das diferenças geradas por empréstimos em moeda estrangeira. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial nestes empréstimos são também reconhecidos no patrimônio líquido, devido ao hedge accounting.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

ii. Empresas do grupo

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, até que ocorra a respectiva alienação da controlada no exterior.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.4 Contas a receber, líquidas

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perda do valor recuperável – créditos de liquidação duvidosa, se necessária. As contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data de encerramento do balanço. A provisão para perda do valor recuperável é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

2.5 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio, incluindo frete e impostos não recuperáveis.
- Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas a investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado, e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:



2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos--Continuação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntamente com o valor dos impostos sobre vendas.
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas, quando aplicáveis:

Impostos e Contribuições	Alíquotas
PIS	1,65%
COFINS	7,60%
ISS	5,00%
ICMS (Estado de São Paulo e Santa Catarina)	18% e 17% respectivamente
ICMS - operação interestadual *	12,00%
ICMS - operação interestadual **	7,00%
ICMS - operação interestadual ***	4,00%
IPI (incidência por categoria de produto) ****	4,00% Fogão / 5,00% Fogão Elétrico / 10,00% Refrigeração / 10,00% Lavanderia

* ICMS - operação interestadual – origem da operação São Paulo e Santa Catarina para Estados situados na região Sul e Sudeste com exceção do Estado de Espírito Santo que se enquadra na alíquota da operação discriminada abaixo. (12%)

** ICMS - operação interestadual – origem da operação São Paulo e Santa Catarina para Estados situados na região Norte e Nordeste e Centro Oeste, incluindo ES (7%.)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Impostos--Continuação

*** ICMS - operação interestadual – Produtos importados conforme Resolução do Senado Federal Nº.13 de 2012. (4%)

**** IPI – Produtos com redução na alíquota devido à classificação energética classe A. (Base Legal Decreto Nº.8.035 de 2013).

2.7 Subvenções governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo Governo Federal: SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus e SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e Governo do Estado: SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e SEFAZ - Secretaria do Estado da Fazenda e de que serão auferidas. Os benefícios, substancialmente da controlada Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A., são: (i) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de condicionadores de ar de janela ou de parede de corpo único, a partir do ano calendário 2013; (ii) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro de exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de fornos de micro-ondas (projeto de ampliação), a partir do ano calendário 2008; (iii) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro de exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de condicionador de ar de janela ou de parede com mais de um corpo split system, a partir do ano calendário 2009; (iv) redução de imposto de renda em 75% pelo prazo de dez anos, calculado sobre o lucro de exploração resultante de sua atividade industrial para a produção de máquina de lavar louças, a partir do ano calendário 2012; (v) crédito estímulo de 55% para fornos de micro-ondas e 100% para aparelhos condicionadores de ar tipo janela ou parede de corpo único e condicionador de ar com mais de um corpo split system e máquina de lavar louças, sobre o valor apurado a título do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), até 5 de outubro de 2023; (vi) isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e redução de 88% do Imposto de Importação sobre os insumos destinados à industrialização. Esses benefícios fiscais referem-se à redução de despesas e, portanto, são registrados como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção governamental pretende compensar.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Imobilizado

Bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Caso aplicável, o valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear, exceto para o grupo de máquinas e equipamentos, ao longo da vida útil do ativo, há taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Taxas médias de depreciação anuais	
Edifícios	
Estruturas	2,50%
Benfeitorias	5%
Coberturas	6,67%
Instalações	6,67%
Máquinas e equipamentos	Unid. produzidas
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Informática	20%
Demais bens	10%
Imobilizado em andamento	n/a

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Imobilizado--Continuação

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com sua alienação.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A venda e a transação de sale and leaseback envolve a venda e o imediato aluguel do mesmo ativo. Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de sale-leaseback classificados após a venda como arrendamento operacional são reconhecidos imediatamente no resultado quando a transação foi mensurada ao valor justo. Caso o preço de transação seja estabelecido abaixo do valor justo, qualquer ganho ou perda será reconhecido se a perda for compensada por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado e serão diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante o respectivo contrato. Se a transação de sale-leaseback resultar em arrendamento mercantil financeiro, qualquer excesso de receita de venda obtido acima do valor contábil deve ser diferido e amortizado durante o prazo do arrendamento.

2.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.9 Intangível--Continuação

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva, quando aplicável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos anualmente; e (vi) capacidade para usar ou vender o ativo intangível.

Patentes e licenças de software

As patentes foram concedidas para um período de 10 anos pela agência governamental competente com a opção de renovação no final do referido período. Licenças para o uso de propriedade intelectual são concedidas por períodos de 5 anos.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.10 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis

As provisões são constituídas para todas as demandas judiciais e administrativas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11 Ações ordinárias e preferenciais, dividendos e lucro por ação

a) As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto da Companhia somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembléia Geral.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11 Ações ordinárias e preferenciais, dividendos e lucro por ação --Continuação

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos na demonstração de resultado conforme prevê a legislação tributária, todavia revertidos e classificados no patrimônio líquido para fins de atendimento às normas contábeis.

c) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.12 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina fundos de pensão de benefícios pós emprego (Nota 15) e assistência médica (Nota 16). As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registrados pelo regime de competência. Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para formar a reserva necessária para ambos os compromissos atuais e futuros.

A Companhia opera planos de benefícios definidos de pensões que exigem contribuições a serem efetuadas aos fundos administrados separadamente, bem como os planos de pensões de contribuição definida.

O custo de proporcionar os benefícios no âmbito dos planos de benefício definido é determinado separadamente para cada plano, usando o método do crédito unitário projetado. Ganhos e perdas atuariais de planos de benefícios definidos são reconhecidos na íntegra, no exercício em que ocorrem em outros resultados abrangentes. Tais ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em lucros acumulados e não são reclassificados para o resultado em exercícios seguintes. Os custos dos serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de benefícios definidos correspondem ao valor presente da obrigação de benefícios definidos, menos os custos do serviço passado e menos o valor justo dos ativos do plano a partir dos quais as obrigações devem ser liquidadas. Ativos do plano são os ativos que são detidos por um fundo de longo prazo do benefício do empregado ou apólices de seguro elegíveis. Os ativos do plano não estão disponíveis para os credores da Companhia, nem podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo é baseado em informações de preços de mercado e, no caso dos títulos cotados, é o preço da oferta publicada.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.12 Benefícios a empregados--Continuação

O valor de qualquer ativo de benefícios definidos reconhecido se restringe à soma de todos os custos do serviço passado e ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições do plano ou reduções em contribuições futuras para o plano.

2.13 Remuneração com base em ações

A Whirlpool Corporation, controladora indireta da Whirlpool S.A., opera dois planos de remuneração com base em ações, ambos liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da matriz. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

2.14 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros classificados a valor justo são as operações com derivativos que não são objeto de *hedge*, quando estes apresentam ganhos, e caixa e equivalentes de caixa.
- b) Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia e as suas controladas não possuem itens classificados nessa categoria.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

- c) Empréstimos (concedidos) e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia e as suas controladas possuem as contas a receber líquidas e outros créditos classificados nessa categoria.
- d) Disponíveis para venda: Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias 2.14a. a 2.14c. acima. Na data de cada balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários. A Companhia e as suas controladas não possuem itens classificados nessa categoria.

Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- a) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de *Hedge*. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os passivos financeiros classificados a valor justo são as operações com derivativos que não são objeto de *hedge*, quando estes apresentam perdas.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

- b) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia e as suas controladas possuem as contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos classificados nessa categoria.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas não efetuaram reclassificações entre categorias de instrumentos financeiros.

Operações de *hedge*

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, compromissos firmes não reconhecidos, transações altamente prováveis ou investimentos líquidos em operações no exterior, e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato (efetividade entre 80% e 125%); (ii) possuir identificação documental da operação, do risco objeto de *hedge*, do processo de gerenciamento de risco e da metodologia utilizada na avaliação da efetividade; e (iii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados e contabilizados como operações de *hedge* de acordo com sua natureza, quais sejam:

- Como *hedge* de valor justo são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinem a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de *hedge*. Os itens objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- Como *hedge* de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinem a compensar variações no fluxo de caixa futuro estimado da entidade. Os itens objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados da seguinte forma: (i) a parcela efetiva de ganho ou perda com o instrumento de

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Instrumentos financeiros--Continuação

Operações de hedge--Continuação

hedge é reconhecida na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido; e (ii) a parcela não efetiva do ganho ou perda com o instrumento de hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Valor de mercado: o valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

2.15 Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente



2. Políticas contábeis—Continuação

2.15 Reconhecimento de receitas--Continuação

os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.17 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Pelas análises e julgamentos efetuados, a conclusão da Administração é de que não é necessária a constituição de uma provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.18 Investimentos em sociedades controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, sendo contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária no resultado da controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.19 Informações por segmento

Os segmentos operacionais são definidos como componentes de uma entidade para os quais estão disponíveis as informações financeiras individuais ou separadas, as quais são revisadas pelo gestor da entidade que é responsável pela tomada de decisões operacionais e estratégicas, de forma individual ou em grupo, incluindo decisões sobre alocação de recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento.

A Whirlpool S.A. é uma entidade legal que faz parte do consolidado da América Latina da Whirlpool Corporation, na qual o tomador de decisão gerencia a região como um todo. Devido ao fato de que as decisões são tomadas com base no resultado do consolidado da América Latina, não são preparadas informações individuais por sociedade, produto ou outra segmentação para que o tomador de decisão as revise regularmente e, portanto, não há decisões sobre os recursos a serem alocados a segmentos distintos da Companhia em conformidade com o CPC 22 (IFRS 8). Desta forma, informações por segmento não são fornecidas.

2.20 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017

As novas normas, alterações e interpretações de normas, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, não geraram nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.21 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro 2017

Relacionamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam, ou não, impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.



2. Políticas contábeis--Continuação

2.21 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro 2017—Continuação

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela Norma	Impactos da adoção
CPC 48/IFRS 9: Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.	A IFRS 9 não deverá trazer impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da companhia.
CPC 47/IFRS 15: Receita de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018	Exige que uma entidade ao reconhecer o montante da receita refletida na contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.	Nossa avaliação referente aos impactos sobre a mensuração e época para o reconhecimento de receita de contratos com nossos clientes não indica mudanças significativas visto que, as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não são complexas, não sendo necessária abertura de períodos anteriores dos lucros acumulados. Apresentamos abaixo o processo que utilizamos para a adoção da nova norma e as questões significativas de implementação abordadas que concluímos como não significativas: • Criamos uma equipe global de implementação de gerenciamento de projetos multifuncionais para avaliar todos os impactos potenciais dessa norma. • Revisamos nossas políticas e práticas contábeis atuais em cada segmento operacional para identificar possíveis diferenças que resultariam da aplicação da norma, e atualizou-os em conformidade. • Determinamos fatores-chave do processo de cinco etapas para reconhecer a receita conforme prescrito pela nova norma que pode ser aplicável a cada uma das nossas unidades de negócios que fazem parte dos nossos segmentos. • Os contratos de clientes de cada unidade de negócios foram identificados e revisados. • Avaliação das provisões do contrato e a comparação de políticas e práticas contábeis históricas com os requisitos da nova norma (incluindo uma comparação com nossas políticas atuais de reconhecimento de receita). Não determinamos que mudanças significativas sejam necessárias para nossos processos, sistemas e controles de negócios para efetivamente reportar o reconhecimento de receita sob a nova norma.
IFRS 16: Leases	1º de janeiro de 2019	Determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.	A Companhia está atualmente avaliando o efeito que este pronunciamento terá em nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21 Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro 2017--Continuação

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação nas demonstrações financeiras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidada requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste relevante ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.



3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Remuneração baseada em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e das suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

A taxa de desconto adequada é definida com base em títulos privados de longo prazo cuja duração seja a mesma das obrigações existentes no plano. Atualmente no Brasil, não existe um mercado específico de referência para títulos privados. Por este motivo, a Companhia utiliza como parâmetro títulos do governo denominados Nota do Tesouro Nacional, de categoria B (NTN-B), pois a Administração julga que este é o título que reflete de forma mais adequada a taxa de desconto a ser utilizada no longo prazo.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade utilizadas pelo mercado. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Ativos tangíveis

O tratamento contábil do investimento em ativos fixos tangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular os bens classificados como máquinas e

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Ativos tangíveis—Continuação

equipamentos. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação ao volume de unidades produzidas. A Administração analisa periodicamente o desempenho das unidades geradoras de caixa a fim de identificar possível desvalorização dos ativos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou controlada têm uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia e suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

Devido às incertezas inerentes às estimativas necessárias para determinar o montante das provisões, os desembolsos reais podem ser diferentes dos montantes reconhecidos originalmente com base nas estimativas realizadas.



4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e bancos	71.464	78.974	524.254	404.218
Certificados de depósitos bancários	372.418	243.129	643.404	352.134
	443.882	322.103	1.167.658	756.352

Os equivalentes de caixa são integralmente compostos por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs de bancos de primeira linha indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDIs. As taxas pactuadas remuneravam esses investimentos em aproximadamente 95,0% a 100% das taxas dos respectivos CDIs, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento, com liquidez imediata e sem risco de mudança significativa do valor.

5. Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Clientes nacionais	530.370	616.690	1.111.484	1.178.821
Clientes no exterior	196.985	249.107	286.602	327.275
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(44.495)	(54.291)	(67.937)	(77.424)
Ajuste a valor presente	(15.943)	(22.336)	(27.218)	(34.935)
	666.917	789.170	1.302.931	1.393.737

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes nacionais e no exterior, por idade de vencimento, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
A vencer	521.172	635.596	1.070.007	1.164.964
Títulos Vencidos				
de 1 a 60 dias	125.020	76.941	201.476	141.164
de 61 a 180 dias	14.738	57.109	36.395	73.245
de 181 a 360 dias	17.148	34.905	24.126	43.678
mais de 360 dias	49.277	61.246	66.082	83.045
	727.355	865.797	1.398.086	1.506.096

5. Clientes--Continuação

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Saldo no início do exercício	54.291	59.891	77.424	73.206
Complemento de provisão no exercício (+)	58.995	33.329	76.530	53.228
Valores baixados da provisão (-)	(68.791)	(38.929)	(86.523)	(49.010)
Ajuste de Conversão	-	-	506	-
	44.495	54.291	67.937	77.424

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Produtos acabados (ao custo ou valor realizável)	255.643	226.090	497.131	501.225
Matérias-primas e componentes (ao custo)	271.764	241.548	370.609	326.526
Importações em andamento e outros (ao custo)	217.821	204.884	361.891	364.513
Provisão para perdas	(11.512)	(4.974)	(19.581)	(14.693)
Ajuste a valor presente	(10.137)	(6.136)	(15.678)	(13.072)
Total dos estoques ao custo ou valor realizável, dos dois o menor	723.579	661.412	1.194.372	1.164.499

A movimentação da provisão para perdas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Saldo no início do exercício	4.974	9.662	14.693	21.800
Complemento de provisão no exercício (+)	17.015	11.712	19.523	28.039
Valores baixados da provisão (-)	(10.477)	(16.400)	(14.583)	(33.719)
Ajustes de conversão	-	-	(52)	(1.427)
	11.512	4.974	19.581	14.693

A Companhia não possui estoques oferecidos como garantia de processos judiciais ou empréstimos.

7. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre:				
Prejuízos fiscais e bases negativas	-	717	42.047	33.660
Provisões temporariamente não dedutíveis	155.172	151.328	192.993	191.740
Provisões para contingências	41.642	37.850	57.726	54.664
Hedge, ajuste a valor presente e depreciação de imobilizado por unidades produzidas	4.764	3.969	6.077	8.256
Plano de previdência privada e de assistência médica	9.991	5.013	9.991	5.013
Imposto de renda e contribuição social ativos	211.569	198.877	308.834	293.333
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre:				
Provisões temporariamente não dedutíveis	(10.754)	(11.163)	(15.144)	(15.514)
Hedge, ajuste a valor presente, depreciação de imobilizado por unidades produzidas e Remensuração do valor justo do investimento	(71.247)	(66.059)	(72.480)	(66.330)
Imposto de renda e contribuição social passivos	(82.001)	(77.222)	(87.624)	(81.844)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, líquidos	129.568	121.655	221.210	211.489

De acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. O prazo previsto para realização integral dos créditos é de até 2 anos para a controladora e de até 10 anos para o consolidado, exceto pelas contingências para o qual não é possível prever prazo de realização.

7. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Resultado contábil antes dos impostos	446.468	347.299	540.177	433.242
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(258.669)	(263.936)	7.295	13.901
Pagamento baseado em ação	36.378	23.533	36.379	23.533
Ajuste preço de transferência	13.216	15.043	13.855	15.496
Incentivos fiscais ICMS	-	-	(41.757)	(42.404)
Befiex	(135.798)	-	(135.798)	-
Outras diferenças permanentes	(10.269)	(5.746)	(12.555)	(16.046)
Base de cálculo	91.326	116.193	407.596	427.722
Alíquotas	34%	34%	34%	34%
Subtotal	(31.051)	(39.506)	(138.583)	(145.425)
Incentivos Fiscais	2.159	3.146	2.597	3.146
IRRF sobre dividendos de Controladas	-	(1.446)	-	(1.446)
Ajuste de exercício anterior	18.282	2.295	18.121	18.098
Diferença de alíquotas sobre resultados de controladas	-	-	5.333	9.125
Total	(10.610)	(35.511)	(112.532)	(116.502)

8. Partes relacionadas

A Companhia, com base em sua estratégia, efetua transações tanto operacionais quanto financeiras com suas partes relacionadas.

As transações operacionais possuem uma política global determinada por sua matriz que estabelece prazos e datas específicas para pagamentos e recebimentos.

As transações financeiras são submetidas pela área financeira ao departamento jurídico, após análise da: i) disponibilidade de recursos e caixa da Companhia, observados seus índices de liquidez; ii) a rentabilidade oferecida com instituições de primeira linha e; iii) a segurança oferecida pela transação. O departamento jurídico por sua vez avalia as condições formais, submete a operação para deliberação do Conselho de Administração ou Diretoria, conforme alçada prevista no estatuto social e implementa a execução do respectivo contrato, se a operação tiver sido aprovada pelos órgãos da administração.

Os mútuos entre empresas relacionadas foram firmados com a finalidade de financiar o capital de giro necessário a manutenção das operações das empresas mutuárias.

8. Partes relacionadas—Continuação

As operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem padrões e juros praticados usualmente pelo mercado e são acordados de tal forma a garantir uma rentabilidade adequada à Whirlpool S.A., mantendo, no mínimo, equivalência com tais condições usualmente praticadas no mercado, de forma a não prejudicar os acionistas não controladores.

	Ativo				Passivo			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Controladoras								
Whirlpool do Brasil Ltda.	-	321.079	-	321.079	-	-	-	-
Whirlpool Corporation	-	4.745	-	36.797	3.090	8.861	203.074	136.226
Controladas								
Embraco North America	34.232	28.673	-	-	30.131	20.789	-	-
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	47.429	451	-	-	184.437	120.331	-	-
Whirlpool Chile Ltda – Santiago	3	1.256	-	-	-	-	-	-
Whirlpool Argentina S.A.	8.594	45.763	-	-	-	14	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	117.941	16.121	-	-	453.818	484.253	-	-
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances CO. Ltd.	5.026	2.895	-	-	8.997	9.385	-	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd.	27.038	20.932	-	-	11.519	10.199	-	-
MLOG Armazém Geral Ltda	-	-	-	-	39.576	113.754	-	-
Whirlpool Peru	610	1.241	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Brasmotor	-	-	-	-	19.749	20.541	19.749	20.541
Whirlpool Comercial Ltda	-	-	-	-	32.328	29.843	32.328	29.843
Embraco Europe	63.139	38.744	85.002	52.531	278	72	10.637	16.299
Embraco Slovakia S.R.O	-	-	-	-	8.371	4.851	9.441	5.157
Whirlpool Europe SRL	-	-	-	-	8.661	1.673	8.676	6.060
Whirlpool Properties, Inc	-	-	-	-	423	487	1.266	2.640
Whirlpool China Investment Co. Ltd	722	395	367.668	282.240	-	-	-	-
Industrias Acros Whirlpool	156	477	15.378	19.686	-	-	-	-
Embraco Luxemburgo	58.583	184.989	58.988	185.031	2.700	2.168	38.881	47.941
Whirlpool Of India Ltd	-	-	-	-	167.726	1.300	167.726	1.300
Outras	32.814	31.091	120.924	60.907	4.430	4.780	33.102	7.328
Total	396.287	698.852	647.960	958.271	976.234	833.301	524.880	273.335
Circulante	396.287	377.773	647.960	637.192	314.080	298.663	299.625	222.950
Não circulante	-	321.079	-	321.079	662.154	534.638	225.255	50.385

8. Partes relacionadas--Continuação

	Vendas				Compras e serviços contratados			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Controladora								
Whirlpool Corporation	11.911	7.004	155.647	193.243	13.321	25.035	106.764	47.175
Controladas								
Whirlpool Eletrodomesticos AM S.A.	-	81	-	-	3.374	4.341	-	-
MLOG Armazém Geral Ltda	-	-	-	-	168.873	191.977	-	-
Embraco North America	325.476	365.377	-	-	-	-	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	831.563	583.511	-	-	-	-	-	-
Whirlpool Argentina S.A.	47.129	42.730	-	-	33	7	-	-
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co Ltd	2.060	8.027	-	-	116	123	-	-
Whirlpool Peru	1.717	153	-	-	-	-	-	-
Whirlpool Chile Ltda	734	2.273	-	-	-	-	-	-
EECON China	7.474	-	-	-	27.897	-	-	-
Appliances CO. Ltd.	-	4.907	-	-	-	40.920	-	-
Outras partes relacionadas								
Embraco Europe	119.212	88.738	330.884	242.001	391	68	199.284	200.977
Embraco Slovakia S.R.O.	26.971	29.786	43.357	44.612	-	16.670	843.519	16.722
Whirlpool of India	-	-	12.043	-	-	-	-	-
Whirlpool Europe Srl	907	1.798	907	1.798	-	27.728	-	35.139
Whirlpool Colombia	3.666	3.121	3.777	3.121	-	-	-	-
Whirlpool Southeast Asia Pte	346	973	346	973	-	-	-	-
Polar S.A.	228	954	228	954	7.731	12.924	8.080	13.171
Embraco Luxemburgo	33.072	47.937	33.369	51.512	1.320	654	413.012	506.528
Embraco Russia	-	12.527	-	12.527	-	-	-	-
Hefei Sanyo	-	-	5.591	9.594	102	331	14.028	5.237
Whirlpool Overseas Manufacturing	-	-	102.686	112.596	-	-	-	-
Whirlpool Slovakia S.R.O	-	-	-	-	19.163	-	5.739	5.060
Industrias Acros Whirlpool	825	2.097	160.118	201.898	-	-	-	-
Whirlpool EMEA S.p.A	-	-	-	-	23.378	-	40.852	-
Outras	21.707	5.521	22.733	5.719	5.016	3.023	156.225	11.694
	1.434.998	1.207.515	871.686	880.548	270.715	323.801	1.787.503	841.703

BRASTEMP

Consul

KitchenAid

embraco

8. Partes relacionadas--Continuação

Dos saldos a receber e a pagar acima apresentados, parte refere-se a operações de mútuo e títulos emitidos entre a Companhia e suas partes relacionadas, conforme detalhado a seguir.

		Mútuos ativos e passivos				Receitas e Despesas sobre Mútuo			
		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		Taxas	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017
<u>Ativo</u>									
Controladoras									
Whirlpool do Brasil Ltda.	102% do CDI	-	321.079	-	321.079	22.139	39.720	22.139	29.360
Outras partes relacionadas									
Whirlpool China Investment Co. Ltd	4,78% a.a.	-	-	366.040	282.359	-	-	12.116	12.059
Embraco Luxemburgo	Libor 6m a.a.	-	-	-	-	-	-	-	9.772
Total do Ativo		-	321.079	366.040	603.438	22.139	39.720	34.255	51.191
<u>Passivo</u>									
Controladora									
Whirlpool Corporation	Libor 6m+ 1% a.a.	-	-	189.866	128.112	-	-	2.945	3.723
Controladas									
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	102% do CDI	-	-	-	-	-	1.859	-	-
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	102% do CDI	453.818	484.253	-	-	49.562	72.539	-	-
Outras partes relacionadas									
Whirlpool Comercial Ltda.	102% do CDI	32.328	29.843	32.328	29.843	3.001	3.843	3.001	3.843
Brasmotor S.A.	102% do CDI	19.749	20.541	19.749	20.541	2.063	2.635	2.063	2.635
Whirlpool Of India ltd (*)	3,8% a.a.	167.726	-	167.726	-	-	-	-	-
Total do Passivo		673.621	534.637	409.669	178.496	54.626	80.876	8.009	10.201

(*) Transação de emissão e colocação privada de título de dívida no exterior (*Bonds*) feitas pela companhia, que foram integralmente subscritas e integralizada pela parte relacionada Whirlpool of India Ltd.

Os mútuos com partes relacionadas possuem cláusulas contratuais que permitem sua renovação automática por prazo mínimo de 90 dias, na ausência de notificação em contrário do mutuante. Para essas e demais transações com partes relacionadas não existem garantias e provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As receitas e despesas do quadro acima referem-se a todos os contratos abertos e encerrados no período.

8. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração com pessoal-chave da Administração

As despesas com os executivos da Administração da Companhia relativas aos doze meses findos em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$12.677 (R\$9.830 em 31 de dezembro de 2016) com honorários, R\$9.644 (R\$9.846 em 31 de dezembro de 2016) com benefícios e R\$36.378 (R\$26.989 em 31 de dezembro de 2016) com remuneração baseada em ações.

9. Investimentos em controladas e empreendimento controlado em conjunto

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Investimentos em controladas	1.950.831	1.844.858	-	-
Empreendimento controlado em conjunto (*)	150.391	144.186	150.391	144.186
Outros investimentos	4.456	4.456	4.571	4.569
	2.105.678	1.993.500	154.962	148.755

(*) B. Blend Máquinas e Bebidas S.A.

Informações sobre as empresas controladas e empreendimento controlado em conjunto em 31 de dezembro de 2017:

	Participação no capital (%)		Informações da Controlada				
	Total da participação	Votante	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Bruta	Lucro (prejuízo) líquido do período
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	99,99	100,00	1.102.051	286.208	815.843	580.921	26.851
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	99,43	99,43	774.212	678.812	95.400	1.359.578	109.996
CNB Consultoria Ltda.	99,99	99,99	2.511	16	2.495	-	131
Qingdao EECON Electronic Controls and Appliances CO. Ltd.	100,00	100,00	509.520	112.996	396.524	363.412	70.585
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd.	66,92	66,92	994.803	585.258	409.545	761.910	(23.437)
LAWSA S.A.	95,00	95,00	10.395	3.699	6.696	4.187	2.048
Whirlpool Argentina S.A.	96,87	96,87	235.466	119.970	115.496	375.712	14.962
Whirlpool Chile Ltda.	99,99	99,99	76.243	36.645	39.598	81.430	3.160
Mlog Armazém Geral Ltda.	100,00	100,00	185.475	112.984	72.491	533.238	50.294
Up Points Serviços Empresariais S.A.	54,50	54,50	550	373	177	-	(2.390)
Ealing Compañía de Gestiones y Participaciones S.A.	100,00	100,00	132.788	3	132.785	-	6.123
B.Blend Máquinas e Bebidas S.A.	50,00	50,00	101.710	20.813	80.897	13.381	(14.701)

9. Investimentos em controladas e empreendimento controlado em conjunto--Continuação

	Saldos em 31 de dezembro de 2015	Equivalência patrimonial 2016	Ganho (Perda) cambial em investimentos no exterior	Juros s/ capital próprio e dividendos distribuídos	Aquisição/Integralização e Outros	Saldos em 31 de dezembro de 2016	Equivalência patrimonial 2017	Ganho (Perda) cambial em investimentos no exterior	Juros s/ capital próprio e dividendos distribuído	Aquisição e Integralização e Outros	Saldos em 31 de dezembro de 2017
Whirlpool Eletrodomésticos AM S.A.	745.849	43.064	-	-	-	788.913	26.850	-	-	-	815.763
BUD Comércio de Eletrodomésticos Ltda.	141.410	75.025	(1.705)	(91.474)	-	123.256	109.369	(557)	(137.212)	-	94.856
CNB Consultoria Ltda.	2.681	(317)	-	-	-	2.364	131	-	-	-	2.495
Qingdao EECON Electr. Controls and Appl. CO. Ltd.	292.132	79.276	(74.196)	-	-	297.212	70.585	28.728	-	-	396.525
Beijing Embraco Snowflake Compressor Co. Ltd.	341.564	9.193	(75.052)	(3.512)	(1.078)	271.115	(15.684)	18.636	-	-	274.067
LAWSA S.A.	14.664	3.078	(3.674)	(8.651)	-	5.417	1.946	(1.002)	-	-	6.361
Whirlpool Argentina S.A.	83.873	19.874	(28.905)	(5.803)	-	69.039	14.494	(12.576)	-	40.928	111.885
Whirlpool Chile Ltda.	31.444	5.417	(4.028)	-	-	32.833	3.159	3.602	-	-	39.594
Mlog Armazém Geral Ltda.	73.964	59.233	-	(6.000)	-	127.197	50.294	-	(105.000)	-	72.491
Up Points Serviços Empresariais S.A.	-	(27)	-	-	2.971	2.944	(1.303)	(33)	-	2.400	4.008
Ealing Compañía de Gestiones y Participaciones S.A.	165.208	(15.979)	(25.002)	-	341	124.568	6.123	2.095	-	-	132.786
Investimentos em controladas	1.892.789	277.837	(212.562)	(115.440)	2.234	1.844.858	265.964	38.893	(242.212)	43.328	1.950.831
B.Blend máquinas e bebidas S.A.	120.537	(13.901)	-	-	37.550	144.186	(7.295)	-	-	13.500	150.391
Outros	5.273	-	-	-	(817)	4.456	-	-	-	-	4.456
	2.018.599	263.936	(212.562)	(115.440)	38.967	1.993.500	258.669	38.893	(242.212)	56.828	2.105.678

10. Imobilizado

	Controladora						Imobilizado em andamento	Imobilizado total
	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Informática	Total em operação		
Custo								
Saldos em 1º de janeiro de 2016	248.467	2.134.009	182.762	276	72.337	2.637.851	145.632	2.783.483
Aquisições	-	-	-	-	-	-	195.581	195.581
Transferências	14.999	154.122	20.279	-	8.586	197.986	(197.986)	-
Alienação/baixa	-	(28.816)	(14.387)	-	(767)	(43.970)	-	(43.970)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	263.466	2.259.315	188.654	276	80.156	2.791.867	143.227	2.935.094
Aquisição	-	42.269	-	-	-	42.269	189.289	231.558
Transferências	33.579	154.379	14.906	-	7.294	210.158	(210.158)	-
Alienação/baixa	(28.134)	(67.464)	(35.262)	-	(3.040)	(133.900)	-	(133.900)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	268.911	2.388.499	168.298	276	84.410	2.910.394	122.358	3.032.752
Depreciação								
Saldos em 1º de janeiro de 2016	(154.575)	(1.600.287)	(107.344)	(276)	(51.617)	(1.914.099)	-	(1.914.099)
Depreciação	(5.393)	(98.934)	(13.105)	-	(8.303)	(125.735)	-	(125.735)
Baixa da depreciação	-	23.037	13.763	-	766	37.566	-	37.566
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(159.968)	(1.676.184)	(106.686)	(276)	(59.154)	(2.002.268)	-	(2.002.268)
Depreciação	(7.385)	(109.391)	(13.719)	-	(8.417)	(138.912)	-	(138.912)
Baixa da depreciação	12.066	56.358	29.859	-	2.994	101.277	-	101.277
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(155.287)	(1.729.217)	(90.546)	(276)	(64.577)	(2.039.903)	-	(2.039.903)
Valor residual								
Saldos em 31 de dezembro de 2017	113.624	659.282	77.752	-	19.833	870.491	122.358	992.849
Saldos em 31 de dezembro de 2016	103.498	583.131	81.968	-	21.002	789.599	143.227	932.826
Taxas médias de depreciação anual	0 e 6,67%	Unidades Produzidas	10%	20%	20%			

10. Imobilizado--Continuação

	Consolidado							Imobilizado em andamento	Imobilizado total
	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Informática	Demais bens	Total em operação		
Custo									
Saldos em 1º de janeiro de 2016	280.271	2.777.003	187.709	6.172	87.715	37.015	3.375.885	174.584	3.550.469
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	261.548	261.548
Transferências	16.147	189.881	20.560	974	11.986	1.081	240.629	(240.629)	-
Alienação/baixa	-	(35.937)	(14.492)	(323)	(1.393)	(235)	(52.380)	(1)	(52.381)
Variação cambial	(852)	(120.757)	(513)	(1.377)	(2.251)	(8.175)	(133.925)	(7.853)	(141.778)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	295.566	2.810.190	193.264	5.446	96.057	29.686	3.430.209	187.649	3.617.858
Aquisições	1.233	50.701	15	-	282	-	52.231	244.633	296.864
Transferências	34.043	192.471	15.146	46	8.237	1.955	251.898	(251.898)	-
Alienação/baixa	(28.134)	(81.538)	(35.482)	(132)	(4.764)	(309)	(150.359)	(7.762)	(158.121)
Variação cambial	508	38.087	113	422	543	578	40.251	10.216	50.467
Saldos em 31 de dezembro de 2017	303.216	3.009.911	173.056	5.782	100.355	31.910	3.624.230	182.838	3.807.068
Depreciação									
Saldos em 1º de janeiro de 2016	(170.763)	(1.991.098)	(111.279)	(4.839)	(62.230)	(21.502)	(2.361.711)	-	(2.361.711)
Depreciação	(6.281)	(125.943)	(13.322)	(426)	(9.730)	(3.041)	(158.743)	-	(158.743)
Baixa da depreciação	-	29.609	13.856	296	1.393	100	45.254	-	45.254
Variação Cambial	574	69.530	416	1.000	1.783	5.048	78.351	-	78.351
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(176.470)	(2.017.902)	(110.329)	(3.969)	(68.784)	(19.395)	(2.396.849)	-	(2.396.849)
Depreciação	(8.286)	(137.195)	(13.913)	(332)	(10.213)	(2.556)	(172.495)	-	(172.495)
Baixa da depreciação	12.066	64.848	30.014	118	4.593	49	111.688	-	111.688
Variação cambial	105	(21.779)	(91)	(320)	(397)	(1.790)	(24.272)	-	(24.272)
Saldos em 30 de dezembro de 2017	(172.585)	(2.112.028)	(94.319)	(4.503)	(74.801)	(23.692)	(2.481.928)	-	(2.481.928)
Valor Residual									
Saldos em 31 de dezembro de 2017	130.631	897.883	78.737	1.279	25.554	8.218	1.142.302	182.838	1.325.140
Saldos em 31 de dezembro de 2016	119.096	792.288	82.935	1.477	27.273	10.291	1.033.360	187.649	1.221.009
Taxas médias de depreciação anual	0 e 6,67%	Unidades produzidas	10%	20%	20%	10%	-	-	-

11. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Fornecedores	956.449	634.240	1.816.334	1.264.235
Fornecedores risco sacado - Mercado interno	740.970	906.955	741.042	976.039
Fornecedores risco sacado - Mercado externo	61.661	93.939	61.666	93.939
Ajuste a valor presente	(26.892)	(60.144)	(41.271)	(73.686)
Total	1.732.188	1.574.990	2.577.771	2.260.527

A Companhia possui parcerias com instituições financeiras que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis. Os fornecedores têm liberdade para escolher se desejam ou não antecipar seus recebíveis e com qual instituição, permitindo ao mesmo gerenciar melhor suas necessidades de fluxo de caixa. A opção oferecida não altera substancialmente as condições comerciais existentes entre a Companhia e os fornecedores. Assim, essas operações são apresentadas no fluxo de caixa das atividades operacionais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017, as taxas de desconto nas operações de risco sacado realizadas por nossos fornecedores junto às instituições financeiras no mercado interno ficaram entre 0,67% e 0,76% a.m. (em 31 de dezembro de 2016, essas taxas ficaram entre 1,24% e 1,37% a.m.).

Em 31 de dezembro de 2017, as taxas de desconto nas operações de risco sacado realizadas por nossos fornecedores junto as instituições financeiras no mercado externo ficaram entre 0,27% e 0,29% a.m. (em 31 de dezembro de 2016, essas taxas ficaram entre 0,25% e 0,29% a.m.).






12. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos	1.845	80.950	1.845	80.950
Provisão para garantias	14.940	10.899	26.804	19.395
Programa de participação nos resultados	36.577	54.540	40.443	62.638
Adiantamentos de clientes	611	4.240	75.385	37.807
Contas a pagar – Antitruste (i)	24.028	24.936	24.460	26.632
Provisão de propaganda e bonificações	114.483	102.024	163.676	150.582
Outras provisões	26.055	44.390	41.066	80.463
Outras contas a pagar	112.816	77.995	173.528	108.349
	331.355	399.974	547.207	566.816
Circulante	298.370	354.312	507.287	514.946
Não circulante	32.985	45.662	39.920	51.870

(i) Vide comentário na Nota 13.1.a.

13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos

A Companhia e suas controladas efetuam uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, incluindo a opinião dos assessores jurídicos, internos e externos, da Companhia e de suas controladas. Suportada por este processo de avaliação, a Administração constituiu provisão para contingências para as quais é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do respectivo montante, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Provisão para demandas judiciais e administrativas relacionadas a causas:				
Cíveis	42.501	33.464	51.697	41.371
Trabalhistas	41.138	29.932	48.657	39.070
Tributárias	38.838	47.929	69.426	80.336
Total passivo não circulante	122.477	111.325	169.780	160.777

13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados classificados no grupo de ativo não circulante.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos judiciais				
Cíveis	12.060	13.838	12.553	14.309
Trabalhistas	13.227	11.394	15.344	11.801
Tributários	70.079	83.979	90.260	107.227
	95.366	109.211	118.157	133.337

A movimentação das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como segue:

	Controladora			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	32.442	21.255	65.895	119.592
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(3.666)	25.606	(13.626)	8.314
(-) Pagamentos	-	(19.716)	(100)	(19.816)
(+) Atualização monetária	4.688	2.787	(4.240)	3.235
Saldos em 31 de dezembro de 2016	33.464	29.932	47.929	111.325
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	16.123	33.113	(10.136)	39.100
(-) Pagamentos	(14.007)	(24.722)	(588)	(39.317)
(+) Atualização monetária	6.921	2.815	1.633	11.369
Saldos em 31 de dezembro de 2017	42.501	41.138	38.838	122.477

	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	40.885	26.613	102.172	169.670
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(4.589)	29.687	(17.585)	7.513
(-) Pagamentos	(912)	(20.689)	(100)	(21.701)
(+) Atualização monetária	5.987	3.459	(4.151)	5.295
Saldos em 31 de dezembro de 2016	41.371	39.070	80.336	160.777
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	17.654	32.108	(11.632)	38.130
(-) Pagamentos	(15.070)	(25.998)	(587)	(41.655)
(+) Atualização monetária	7.742	3.477	1.309	12.528
Saldos em 31 de dezembro de 2017	51.697	48.657	69.426	169.780

13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

13.1 Processos tributários, administrativos e cíveis

Em fevereiro de 2009, a Companhia foi notificada pelas autoridades de Defesa da Concorrência sobre uma investigação relativa à indústria global de compressores.

A Companhia resolveu as investigações governamentais em diversas jurisdições, bem como ações cíveis nos Estados Unidos. Adicionalmente, solucionou algumas outras ações e outras ainda continuam pendentes. Novas ações podem ser propostas.

A Companhia continua defendendo-se vigorosamente nas ações judiciais acima referidas, bem como adotando outras medidas para minimizar sua potencial exposição. Em 31 de dezembro de 2017, há provisão de R\$ 24.460 (R\$ 26.632 em 31 de dezembro de 2016).

O resultado final e impacto dessas questões, bem como das ações judiciais correlatas e das investigações que podem ocorrer no futuro, estão sujeitas a diversas variáveis e não podem ser presentemente estimadas. A Companhia constituiu provisões somente para aqueles casos avaliados como risco de perda provável e que o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Apesar de não ser possível estimar de forma razoável o montante total dos gastos que podemos incorrer em razão dessas questões, tais custos podem ter um efeito material na posição financeira, liquidez ou resultados operacionais futuros da Companhia.

13.2 Processos com risco de perda entre possível e remota

a) Emenda Constitucional nº33 – EC33

Companhia recalculou o valor da contribuição social com base na Emenda Constitucional nº 33 de 11 de dezembro de 2001, a qual determina que “as contribuições sociais não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação”. O efeito acumulado decorrente da não tributação das receitas de exportação pela Contribuição Social totalizou R\$39.050, em valores originais. Parte deste valor, no montante de R\$29.676, foi objeto de contestação pela Receita Federal, sendo que a Companhia apresentou os recursos cabíveis.

13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

13.2 Processos com risco de perda entre possível e remota--Continuação

a) Emenda Constitucional nº33 – EC33--Continuação

Em 12 de agosto de 2010, o Supremo Tribunal Federal encerrou o julgamento do processo RE 564.413 (*leading case*) a respeito da aplicação de imunidade sobre receitas de exportação, prevalecendo, nesse caso, o entendimento de que a imunidade somente seria aplicada aos tributos incidentes diretamente sobre receitas de exportação.

A partir da análise do acórdão publicado em 06 de dezembro de 2010, os consultores jurídicos da Companhia avaliaram que a probabilidade de perda é superior a 50%, em razão da baixa probabilidade de modificação da decisão proferida no RE 564.413. Com base nesse cenário, em 31 de dezembro de 2010, a Administração constituiu provisão, que acrescida de juros até 30 de setembro de 2013, totalizava R\$79.697.

Com a publicação da Lei 12.865/13 que reabriu o Programa de Anistia instituído pela Lei 11.941/09, a Companhia liquidou, com redução de multa e juros, o débito referenciado. Os referidos débitos foram homologados em 29 de setembro de 2017. Atualmente, a Companhia aguarda a homologação dos pagamentos, pela Receita Federal.

b) Crédito-Prêmio de IPI - Exportação

Em dezembro de 1996, a Companhia obteve decisão final favorável no processo judicial relativo ao direito ao crédito-prêmio vinculado às exportações, no âmbito do programa BEFIEX, relativas a todo o período em que o programa esteve em vigor, ou seja, de 14 de julho de 1988 até 13 de julho de 1998.

Em novembro de 2008 foi proferida decisão aprovando a totalidade do valor do crédito apurado em liquidação, com base em laudo pericial e confirmado através das informações enviadas pelo Banco Central, Receita Federal e a Secretaria de Comércio Exterior. Desta decisão, a União apresentou diversos recursos e, em 01 de dezembro de 2017, o Supremo Tribunal Federal certificou o trânsito em julgado, de maneira favorável à Companhia.

13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos--Continuação

13.2 Processos com risco de perda entre possível e remota—Continuação

b) Crédito-Prêmio de IPI - Exportação--Continuação

Em dezembro de 2013 foi publicada a Resolução CJF nº 467 que reestabeleceu a aplicação do índice de correção monetária IPCA-E em substituição à TR em razão do julgamento da ADIN 4357, cuja decisão determinou a aplicação do IPCA-E para precatórios emitidos posteriormente a 25 de março de 2015. Além deste caso, havia uma repercussão geral no Supremo Tribunal Federal – STF, que determinaria o índice de correção monetária (IPCA-E ou TR) para as condenações da Fazenda Pública. Em 20 de setembro de 2017, o STF retomou o julgamento dessa repercussão geral e fixou o entendimento de que o IPCA-E é o índice correto a ser aplicado nas condenações impostas contra a Fazenda Pública. Baseado nesta decisão, a Companhia monetizou R\$ 135.798 do saldo remanescente do crédito prêmio de IPI até 31 de dezembro de 2017.

c) Tributação da exportação incentivada - Befiex

A Companhia recebeu autos de infração relativos à incidência de imposto de renda e contribuição social sobre os créditos BEFIEX compensados durante o período de 1996 a 1998, 2000 a 2002 e de 2007 a 2011. A Companhia entende que os créditos BEFIEX não estão sujeitos à incidência de imposto de renda e contribuição social exigidas pela receita federal e vem vigorosamente defendendo esta posição. Com base nas opiniões dos consultores jurídicos, a Companhia não provisionou qualquer valor para os referidos autos de infração. Em 31 de dezembro de 2017, o valor total dessas autuações, incluindo juros e multa, é de aproximadamente R\$ 1.870.185 (R\$ 1.762.198 em 31 de Dezembro de 2016).

d) Lucro de controladas e coligadas sediadas no exterior – CFC (Controlled Foreign Corporation)

Em 2001 foi publicada Medida Provisória nº 2158 (“MP”) que estabelece que os lucros gerados pelas sociedades com sede no exterior, controladas e coligadas de empresas brasileiras, devem ser tributados pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, independentemente de sua efetiva distribuição para as empresas controladoras brasileiras.

A Companhia, e outras empresas brasileiras, vem se defendendo contra autos de infração relativos a essa tributação, com base na inconstitucionalidade dessa MP, dentre outros argumentos. Em abril de 2013, o Supremo Tribunal Federal julgou um dos casos da Companhia, ocasião em que decidiu pela constitucionalidade da referida MP e remeteu o processo para a instância inferior, para

13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos—Continuação

13.2 Processos com risco de perda entre possível e remota—Continuação

d) Lucro de controladas e coligadas sediadas no exterior – CFC (Controlled Foreign Corporation)--Continuação

apreciação dos demais argumentos de defesa apresentados, tais como a existência de acordos para evitar bitributação firmados com países sede das empresas controladas e coligadas. Em setembro de 2015 o Tribunal Regional Federal, por unanimidade de votos, julgou este caso de forma favorável à Companhia, reconhecendo a prevalência dos tratados internacionais sobre a legislação interna para evitar dupla tributação. Atualmente, aguarda-se a o julgamento dos recursos da União aos Tribunais Superiores.

Em 31 de dezembro de 2017, a exposição potencial da Companhia a título de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre lucros de controladas e coligadas sediadas no exterior, incluindo juros e multa, deduzido o potencial crédito decorrente do imposto já pago no exterior, é de aproximadamente R\$ 152.943 (R\$145.442 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia acredita que essas autuações não se sustentam e vem defendendo suas posições vigorosamente. Com base na opinião de nossos consultores jurídicos, a Companhia não provisionou qualquer valor para referido assunto em 31 de dezembro de 2017.

e) MP470/09 – IPI anistia

Em outubro de 2009 foi publicada a Medida Provisória (“MP”) nº 470/09 (redação atualmente prevista na Lei nº 12.249, publicada em 14 de junho de 2010), instituindo o programa de anistia de débitos decorrentes do aproveitamento de créditos de IPI oriundos da aquisição de insumos tributados à alíquota zero. Usufruindo dos benefícios da MP, a Companhia, em 30 de novembro de 2009, apresentou requerimento à Receita Federal para pagamento de seus débitos a esse título, os quais, calculados considerando os benefícios da MP, totalizaram R\$52.433. Um ganho no valor de R\$76.886, relativo à multa e juros anistiados foi registrado em 2009 como outras receitas operacionais.

Esses débitos se referem às compensações efetuadas em 2004 com base em decisões favoráveis dos Tribunais Superiores sobre a questão, e que foram objeto de autuação fiscal pela Receita Federal. Em julho de 2012, a Receita Federal homologou parcialmente o pagamento efetuado pela Companhia com as reduções do Programa de Anistia instituído pela MP nº 470/09, em razão do questionamento dos prejuízos fiscais utilizados para quitação dos débitos. Em janeiro e abril de 2013, a Companhia recebeu execuções fiscais, refletindo o valor do débito original, acrescido de juros e multas, que atualizado até 31 de dezembro de 2017 reflete o valor de R\$241.236.

13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos—Continuação

13.2 Processos com risco de perda entre possível e remota—Continuação

e) MP470/09 – IPI anistia--Continuação

A Companhia está vigorosamente defendendo sua posição. Com base em análise dos fatos, incluindo a opinião de nossos consultores jurídicos, a Companhia não provisionou qualquer valor para referido assunto em 31 de dezembro de 2017.

f) Outras demandas judiciais e administrativas cíveis, trabalhistas e tributárias em andamento

Além dos processos fiscais acima mencionados, também estamos discutindo, em diversas esferas judiciais e administrativas, outros casos cobrados pelas Autoridades Fiscais, incluindo processos relativos à monetização de créditos de BEFIEX e outros tópicos. De acordo com nossas políticas contábeis, a Companhia avalia rotineiramente, junto com seus consultores jurídicos, os prognósticos de perda dos casos. Acreditamos que esses processos não prosperarão e, por isso, continuamos defendendo vigorosamente nossas posições. Os processos com avaliação de perda possível perfazem o montante de R\$1.275.113 no consolidado (R\$1.218.659 na controladora) em 31 de dezembro de 2017 e de R\$1.012.351 no consolidado (R\$957.441 na controladora) em 31 de dezembro de 2016.

Ademais, também temos ações judiciais para a discussão da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Com relação a este assunto, em março de 2017 o STF fixou a tese de repercussão geral de que “o ICMS não compõem a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS”. No quarto trimestre do ano de 2017, vendemos parte do direito aos créditos desta ação para um terceiro, pelo valor de R\$90.000.

g) Fianças Bancárias

Como prática comum no mercado brasileiro, a Companhia contratou junto a instituições financeiras, emissão de fianças bancárias e cartas de crédito. Estes contratos são principalmente associados a garantias oferecidas em discussões administrativas e judiciais referente a processos fiscais e obrigações habituais da Companhia em conformidade com a legislação local.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia tem em aberto aproximadamente R\$834.285 e R\$685.318, respectivamente, relacionados a esses contratos.

Como prática comum do mercado brasileiro, a Companhia disponibiliza, conforme sua política de crédito, a possibilidade de efetuar acordos com seus clientes através de operações de “vender” junto a bancos comerciais, atuando de forma a garantir linhas de crédito.

13. Provisões para demandas judiciais, administrativas e outros compromissos—Continuação

13.3 Compromissos de garantia em operações de vendor

Em caso de inadimplência do cliente, a Companhia garantirá a liquidação do saldo devedor com a respectiva devolução dos recebíveis. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os saldos em aberto nesta operação eram, respectivamente, de R\$942.526 e R\$840.795.

A Companhia possui seguro contra risco de crédito para essas garantias sob condições normais de operação, através de uma política de compra de seguradoras de alta qualidade. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a cobertura máxima combinada de “stop-loss” fornecidos por essas políticas foram de R\$445.000 e R\$458.000, respectivamente

13.4 Compromissos de compra de longo prazo

A Companhia possui compromissos de compras não canceláveis, junto a seus fornecedores, com saídas de caixa esperadas, totalizando R\$131.900 em 2018, R\$150.048 em 2019, R\$161.350 em 2020, R\$47.550 em 2021, R\$47.750 em 2022 e R\$15.199 até o término do compromisso.

13.5 Linha de crédito garantida

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha disponível uma linha de crédito garantida, que oferece empréstimos de até R\$1.000.000, com algumas restrições sobre o montante disponível para cada saque e sem garantias para a linha. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não tinha empréstimos contraídos sob este contrato de crédito.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

- i. O capital social, subscrito e integralizado, é representado por 1.502.786.006 ações escriturais, todas sem valor nominal, sendo 1.028.700.892 ações ordinárias e 474.085.114 ações preferenciais.



14. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de capital--Continuação

- i. *Reserva de pagamentos baseados em ações* – impactada pela despesa de R\$36.379 e R\$23.532, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.
- ii. *Incentivos fiscais* – representa os valores de aplicações em incentivos fiscais referente a exercícios anteriores. Não houve movimentação em 2017.

c) Reservas de lucros

- i. *Reserva legal* - constituída em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital realizado atualizado.
- ii. *Retenção de lucros* - corresponde ao remanescente de lucro visando, principalmente, assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, realizar investimentos em ativo permanente e assegurar a manutenção do capital circulante.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

- i. O montante referente ao Hedge compreende a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de hedge de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício (Nota 17).
- ii. Ganhos e perdas atuariais - abrangem a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido nos planos de previdência privada (Nota 15) e assistência médica (Nota 16) da Companhia.

14. Patrimônio líquido--Continuação

e) Ajustes acumulados de conversão

A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

f) Juros sobre capital próprio e dividendos

Aos titulares de ações são atribuídos, em cada exercício, dividendos ou juros sobre o capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido. São destinados às ações preferenciais dividendos ou juros sobre o capital próprio em valor 10% superior àqueles destinados às ações ordinárias.

Os juros sobre capital próprio são computados tendo por base o patrimônio líquido, limitados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no período, podendo ser pagos ou creditados aos acionistas em montante limitado a 50% do lucro do exercício ou 50% das reservas de lucros relativas a exercícios anteriores.

Atendendo à legislação fiscal, os referidos juros são contabilizados como despesas financeiras. Para atender às práticas contábeis adotadas no Brasil e instruções da Comissão de Valores Mobiliários, estes juros são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício.

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios segue demonstrado abaixo:



14. Patrimônio líquido—Continuação

f) Juros sobre capital próprio e dividendos-- Continuação

	2017	2016
Lucro líquido do exercício da controladora	435.859	311.788
Constituição de Reserva Legal	(14.662)	-
Lucro líquido do exercício da controladora ajustado	421.197	311.788
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) – pagos antecipadamente no período de 2017	105.979	77.947
Ações ordinárias	70.332	51.733
Ações preferenciais	35.666	26.226
Dividendos adicionais deliberados pelo Conselho de Administração e pagos antes do encerramento das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017:		
Ações ordinárias	398.488	-
Ações preferenciais	201.998	-
Total de dividendos distribuídos	706.484	77.959
Quantidade de ações		
Ações ordinárias	1.028.700.892	1.028.700.892
Ações preferenciais	474.085.114	474.085.114
	1.502.786.006	1.502.786.006
Dividendo distribuídos por ação		
Ações ordinárias	0,45574	0,05029
Ações preferenciais	0,50131	0,05532

A movimentação dos dividendos é como segue:

	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.505
(+) Distribuição de dividendos do exercício	77.959
(+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos	-
(-) Pagamentos	(514)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	80.950
(+) Distribuição de dividendos de saldo de lucros retidos	706.484
(-) Pagamentos	(785.589)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.845

BRASTEMP

Consul

KitchenAid

embraco

14. Patrimônio líquido—Continuação

g) Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Em 2017 e 2016 não houve emissão de novas ações para circulação aos acionistas.

	2017	2016
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	435.859	311.788
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	1.502.786	1.502.786
Lucro básico por ação	0,29	0,21

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas no Brasil, desta forma, não há efeito de diluição.

15. Plano de previdência privada

A Companhia mantém plano de complementação de benefícios de aposentadoria (a seguir denominado “Plano”), administrado junto à entidade aberta de previdência privada. O Plano pode ser segregado em dois grupos distintos de participantes que recebem benefícios diferenciados, a saber:

a) Plano não fundadores

A modalidade do Plano Não Fundadores é de contribuição definida “CD” sendo o custo compartilhado entre os participantes e a Companhia. A parcela de contribuição da Companhia varia em função da faixa etária do empregado. Em 31 de dezembro de 2017, a contribuição da Companhia no plano “CD” reconhecida no resultado foi de R\$3.587 (R\$13.853 em 31 de dezembro de 2016).

15. Plano de previdência privada—Continuação

b) Plano fundadores

Em 31 de dezembro de 2017, participam 7 empregados e dirigentes (11 em dezembro de 2016) inscritos no Plano antes de 1º de agosto de 1994. Neste Plano, em que a modalidade é a de “benefício definido – BD”, os seguintes benefícios são oferecidos:

- Aposentadoria por tempo de serviço para os participantes contribuintes que se tornam elegíveis de acordo com os critérios do plano de benefícios – o benefício é equivalente a 85% do salário nominal indicado na proposta de inscrição menos o valor da pensão da aposentadoria pago pelo INSS;
- Aposentadoria por invalidez total e permanente – definido como 70% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago de forma vitalícia;
- Pensão aos cônjuges – definido como 50% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago de forma vitalícia;
- Pensão aos filhos – definido como 30% do valor do benefício de aposentadoria por tempo de serviço e pago até o filho mais jovem completar 21 anos de vida; e
- Benefício mínimo – renda mensal vitalícia de 10% do salário.

A Companhia contribui com 85% do custo total, acrescido da parcela do participante que exceder 8% do salário.

Os métodos atuariais adotados são aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para a integralização dos compromissos. No estudo atuarial, efetuado por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram adotados o método atuarial de *Crédito Unitário Projetado* e as seguintes hipóteses econômicas e biométricas:

Hipóteses econômicas (taxas nominais):

Taxa de desconto
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano
Índice estimado de aumento nominal dos salários
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios
Taxa estimada de inflação de longo prazo
Tábua biométrica de mortalidade geral

Tábua biométrica de entrada em invalidez
Taxa de rotatividade esperada
Probabilidade de desligamento por iniciativa da empresa
Probabilidade de ingresso em aposentadoria

	2017	2016
	11,50% a.a.	11,50% a.a.
	11,50% a.a.	11,50% a.a.
	7,51% a.a.	7,51% a.a.
	5,40% a.a.	5,00% a.a.
	5,40% a.a.	5,00% a.a.
UP94 geracional segregada por sexo		UP94 geracional segregada por sexo
Álvaro Vindas com 4 anos de agravamento		Álvaro Vindas com 4 anos de agravamento
Fundadores: 6% a.a.		Fundadores: 6% a.a.
100% dos desligamentos		100% dos desligamentos
100% aos 60 anos		100% aos 60 anos






15. Plano de previdência privada--Continuação

b) Plano fundadores--Continuação

A conciliação dos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	25.395	21.421
Valor presente das obrigações atuariais	25.395	21.421
Valor justo dos ativos do plano	(19.190)	(16.739)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano	6.205	4.682
Passivo (ativo) atuarial líquido	6.205	4.682

Conforme permitido no parágrafo 93^a. do CPC 33 (R1), a Companhia adotou a política de reconhecer ganhos e perdas atuariais fora do resultado do exercício em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

A movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido no exercício é como segue:

	2017	2016
Passivo atuarial líquido no início do exercício	4.682	(3.487)
Despesa (Receita) reconhecida no resultado do exercício	189	(271)
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	(1.426)	(228)
Ganho/(Perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	2.760	8.668
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do exercício	6.205	4.682

A movimentação no valor das obrigações do plano de previdência privada são as seguintes:

	2017	2016
Valor presente da obrigação no início do exercício	21.421	21.235
Custo do serviço corrente da patrocinadora	(248)	361
Juros sobre a obrigação atuarial	2.306	2.697
Contribuições dos empregados	220	235
Ganho/(perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	1.696	348
Benefícios pagos pelo plano	-	(3.455)
Valor presente da obrigação no final do exercício	25.395	21.421

15. Plano de previdência privada—Continuação

b) Plano fundadores--Continuação

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas em 31 de dezembro de 2017 é demonstrada abaixo:

Hipótese Nível de sensibilidade	Taxa de desconto	
	0,5% aumento	0,5 % redução
Impacto na obrigação	5.015	16.513

Os resultados da análise de sensibilidade foram preparados alterando apenas as hipóteses mencionadas no quadro acima.

A movimentação no valor justo dos ativos do plano de previdência privada são as seguintes:

	2017	2016
Valor justo dos ativos no início do exercício	16.739	24.722
Retorno real dos investimentos	1.869	3.329
Contribuições pagas pela patrocinadora	1.426	228
Contribuições pagas pelos empregados	220	235
Benefícios pagos pelo plano	-	(3.455)
Outros ajustes em outros resultados abrangentes	(1.064)	(8.320)
Valor justo dos ativos no final do exercício	19.190	16.739

A composição da despesa (receita) total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

	2017	2016
Custo do serviço corrente	(248)	361
Juros sobre as obrigações atuariais	2.306	2.697
Rendimento dos ativos do plano	(1.869)	(3.329)
Despesa (receita) total reconhecida no resultado	189	(271)

15. Plano de previdência privada—Continuação

b) Plano fundadores--Continuação

A previsão da despesa (receita) total a ser reconhecida no resultado do exercício subsequente à data de encerramento das demonstrações financeiras é como segue:

	2017
Custo do serviço corrente	391
Juros sobre as obrigações atuariais	2.306
Despesa (receita) total a ser reconhecida no resultado do exercício seguinte	2.697

A forma como os ativos do plano está distribuída é demonstrada abaixo:

	2017	2016
Renda fixa	100%	100%

O montante total dos ativos do plano ao final de 2017 é de R\$19.190 (\$16.739 em 2016).

16. Plano de assistência médica

A Companhia oferece o plano de assistência médica que garante a manutenção de cobertura vitalícia exclusivamente ao grupo de empregados aposentados até 31 de dezembro de 2002 e seus beneficiários. Os passivos estimados atuarialmente relacionados a esse plano encontram-se integralmente provisionados em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$92.456 (R\$84.385 em 31 de dezembro de 2016).

Os métodos atuariais adotados são aqueles geralmente aceitos pela comunidade internacional de atuária, pela legislação brasileira em geral e pelo CPC 33 (R1) (IAS 19), em particular, tendo sempre em vista o longo prazo previsto para a integralização dos compromissos. No estudo atuarial, efetuado por atuário independente na data de 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram adotados o método atuarial de Crédito Unitário Projetado e as seguintes hipóteses econômicas e biométricas:



16. Plano de assistência médica--Continuação

	2017	2016
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	9,75% a.a.	11,25% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos no plano	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	10,77% a.a.	11,4% a.a.
Taxa de aumento na utilização da assistência médica	N/A	N/A
Taxa estimada de inflação de longo prazo	5,55% a.a.	6,40% a.a.
	UP-94	UP-94
Tábua biométrica de mortalidade geral	Geracional	Geracional
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57

A conciliação dos ativos e passivos é como segue:

Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	
Valor presente das obrigações atuariais	
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano	
Passivo atuarial líquido	

2017	2016
92.456	84.385
92.456	84.385
92.456	84.385
92.456	84.385

A movimentação do passivo atuarial líquido no exercício é como segue:

Passivo atuarial líquido no início do exercício	
Despesa reconhecida no resultado do exercício	
Contribuição da patrocinadora vertida no exercício	
Ganho/(perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	

2017	2016
85.304	69.070
9.254	8.744
(6.039)	(4.645)
3.937	11.216
92.456	84.385

Conforme permitido no parágrafo 93^a. do CPC 33 (R1) (IAS 19), a Companhia adotou a política de reconhecer ganhos e perdas atuariais fora do resultado do exercício em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

16. Plano de assistência médica--Continuação

A análise de sensibilidade quantitativa em relação as hipóteses significativas em 31 de dezembro de 2017 é demonstrada abaixo:

Hipóteses Nível de sensibilidade	Taxa de desconto		Taxa de crescimento dos custos médicos	
	0,5% aumento	0,5% redução	1% aumento	1% redução
Impacto na obrigação	88.404	96.830	100.545	85.386

Os resultados da análise de sensibilidade foram preparados alterando apenas as hipóteses mencionadas no quadro acima.

A despesa reconhecida no resultado de 2017 da Companhia no montante de R\$9.254 refere-se a juros sobre as obrigações atuariais e amortização de perdas atuariais e custo do serviço passado não reconhecidos.

A composição da despesa total reconhecida no resultado do exercício é como segue:

	2017	2016
Juros sobre as obrigações atuariais	9.254	8.744
Despesa total reconhecida no resultado do exercício	9.254	8.744

A composição da despesa total a ser reconhecida no resultado do exercício subsequente à data de encerramento das demonstrações financeiras é como segue:

	2017
Juros sobre as obrigações atuariais	9.254
Despesa total reconhecida no resultado do exercício seguinte	9.254

17. Remuneração baseada em ações

O programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia garante o alinhamento dos executivos com a estratégia e os indicadores de desempenho de longo prazo. As concessões são feitas através da Whirlpool Corporation – Estados Unidos, controladora da Whirlpool S.A., onde o programa é registrado na SEC *Security Exchange Commission*. A concessão é feita anualmente, e possui um ciclo de 3 anos para ficar disponível, com o objetivo de retenção dos profissionais.

Opções de ações

Empregados elegíveis podem receber opções de ações como parte de sua remuneração. Essas opções são exercíveis ao longo de um período de 3 anos, prescrevendo após 10 anos da data da concessão. As referidas opções podem ser canceladas devido ao término do contrato de trabalho, exceto nos casos de morte, invalidez ou aposentadoria.

A controladora aplica o método *Black-Scholes* para mensurar o valor justo das opções de ações outorgadas aos empregados. As opções outorgadas possuem os preços de exercício equivalentes ao preço de mercado das ações ordinárias da Whirlpool Corporation na data da concessão. As principais premissas utilizadas na avaliação das opções são: (1) taxa de juros livre de risco - estimativa com base no rendimento de títulos do tesouro norte americano (*United States Zero Coupon Securities*) com vencimento similar ao prazo da opção; (2) expectativa de volatilidade - estimada com base na volatilidade histórica das ações ordinárias da Whirlpool Corporation, por um período comparável ao prazo da opção, e (3) prazo estimado das opções - estimativa baseada em dados históricos. Com base no modelo de

17. Remuneração baseada em ações--Continuação

Opções de ações—Continuação

precificação utilizado, a média ponderada do valor justo das opções outorgadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi de US\$44,03 e US\$31,06 respectivamente. As principais premissas utilizadas são como segue:

Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo Black-Scholes	2017	2016
Taxa de juros livre de risco	1,9%	1,2%
Expectativa de volatilidade	32,0%	33,5%
Expectativa de dividendos	2,3%	2,8%
Prazo de vida estimado das opções	5 anos	5 anos

Movimentação das opções de ações

O quadro abaixo apresenta a movimentação das opções de ações durante o períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	Número de opções (em milhares)	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Opções em aberto em 01/01/2016	92	122,21
Outorgadas	30	132,19
Exercidas	(26)	96,96
Perda do direito ou prescritas	(11)	128,30
Opções em aberto em 31/12/2016	85	132,75
Opções exercíveis em 31/12/2016	41	113,31

	Número de opções (em milhares)	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Opções em aberto em 01/01/2017	85	132,75
Outorgadas	25	177,19
Exercidas	(13)	119,73
Perda do direito ou prescritas	(1)	152,28
Opções em aberto em 31/12/2017	96	143,04
Opções exercíveis em 31/12/2017	46	124,71

17. Remuneração baseada em ações—Continuação

Movimentação das opções de ações--Continuação

O valor intrínseco das opções de ações em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi de R\$2,6 milhões e R\$6,6 milhões, respectivamente. Não houve benefício fiscal decorrente destas transações. O valor recebido das opções de ações exercidas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram de R\$5,9 milhões e R\$8,6 milhões, respectivamente. A média ponderada remanescente da cláusula contratual das opções de ações em 31 de dezembro de 2017 é de 6,9 anos (7,3 anos em 31 de dezembro de 2016).

Unidades de Ações Restritas - “Restricted Stock Units”

Empregados elegíveis poderão receber unidades de ações restritas ou unidades de ações com base no desempenho, como parte de sua remuneração.

As ações restritas são normalmente outorgadas em bases anuais a um grupo de empregados em cargos gerenciais, cuja aquisição de direito dá-se ao longo de um período de 3 anos. Adicionalmente, ações restritas podem ser outorgadas a executivos selecionados como reconhecimento extraordinário ou em situações específicas de retenção, cuja aquisição de direito acontece em períodos que variam de 3 a 7 anos. Algumas destas concessões possuem direito a dividendos equivalentes a ações existentes (pagos na forma de ações adicionais) calculados com base nos dividendos efetivamente declarados sobre as ações ordinárias da Whirlpool Corporation. Estes prêmios são convertidos em ações ordinárias irrestritas após a conclusão do período de aquisição de direito.

Ações com base no desempenho são aquelas outorgadas aos executivos anualmente. A concessão final pode ser de 0-200% de uma meta baseada em índices de performance financeira pré-estabelecidos pela Whirlpool Corporation referentes ao exercício corrente. O direito adquirido dá-se após 3 anos subsequentes ao período de desempenho. O valor concedido é convertido em ações ordinárias irrestritas após a conclusão do período de aquisição de direito. O valor justo das ações em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram de R\$15,2 milhões e R\$11,2 milhões, respectivamente.

A mensuração do custo das ações é baseada na cotação das ações ordinárias da Whirlpool Corporation na data da outorga. A média ponderada do valor justo dos prêmios outorgados em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 foram de R\$545,19 e R\$414,52, respectivamente.

17. Remuneração baseada em ações—Continuação

Unidades de Ações Restritas - “Restricted Stock Units”—Continuação

O quadro abaixo demonstra a movimentação das ações:

	Número de ações (em milhares)	Média Ponderada do valor justo (US\$)
Ações não revertidas em direito em 01/01/2016	76	135,89
Outorgadas	34	125,31
Perda de direito	(4)	133,20
Direito adquirido e transferido para irrestrito	(24)	99,80
Ações não revertidas em direito em 31/12/2016	82	143,64
Ações não revertidas em direito em 01/01/2017	82	138,58
Outorgadas	44	164,81
Perda de direito	(20)	155,44
Direito adquirido e transferido para irrestrito	(26)	120,08
Ações não revertidas em direito em 31/12/2017	80	157,12

A despesa referente à remuneração baseada em ações foi de R\$36.378 e R\$23.532 em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

18. Instrumentos financeiros

I. Objetivo

A Companhia está exposta a risco de mercado, crédito e liquidez que podem apresentar impacto em seu resultado. A sua administração tem a responsabilidade de medir, monitorar e mitigar estes riscos, de acordo com as políticas e procedimentos globais determinados por sua Controladora.

II. Risco de mercado

A Companhia está exposta a flutuações de taxas de câmbio, taxa de juros e de preços de commodities que podem afetar os resultados operacional e financeiro. Para gerenciar estes riscos, são utilizados instrumentos financeiros derivativos para reduzir a volatilidade em seu resultado.



18. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

As operações com derivativos são definidas através de política global determinada por sua Controladora. A política proíbe negociação especulativa e determina a diversificação de contrapartes que devem possuir classificação mínima de *rating* divulgado por agências especializadas. Consequentemente, as operações de derivativos são realizadas com bancos de primeira linha no exterior e no Brasil.

Ainda de acordo com a política, todas as operações envolvendo derivativos devem estar dentro de um limite de exposição líquida baseada em projeções futuras de exportação e importação da Companhia e da posição atual de balanço (contas a receber e a pagar). A política define também um percentual de endividamento em taxa flutuante e fixa.

Os contratos de derivativos podem ser designados como hedge de fluxo de caixa ("*Cash Flow Hedge*") ou *hedge* de valor justo ("*Fair Value Hedge*"). Trimestralmente, são realizados testes de eficácia prospectivos e retrospectivos de suas operações.

A Companhia possui área específica e dedicada para, diariamente, monitorar e avaliar a exposição consolidada, de forma a acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como garantir que os objetivos traçados inicialmente sejam atingidos.

a) Exposição a riscos cambiais

Para proteger-se do risco da variação cambial associado aos contratos assumidos, remessas e recebimentos futuros, a companhia utiliza: Contrato Futuro de Moeda NDF ("*Non Deliverable Forward*" Asiáticos e "*Plain Vanilla*").

NDF's Asiáticos, modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a média da taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinado período e a taxa contratada (*forward*), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre exposição líquida.



18. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

a) Exposição a riscos cambiais--Continuação

NDF's "Plain Vanilla", modalidade na qual a liquidação é feita através da diferença entre a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central (PTAX) de determinada data específica e a taxa contratada (*forward*), são utilizados para mitigar volatilidade das flutuações de taxas de câmbio sobre os eventos específicos de uma determinada data.

Tipos de *Hedge* utilizados pela Companhia conforme Política Global

Hedge de balanço a valor justo

O balanço se beneficia de um hedge "natural" dinâmico, originado da natureza importadora x exportadora da operação. A parcela resultante líquida, que gera exposições em moeda estrangeira apresentadas na posição líquida de balanço são cobertas por operações de "hedge" nos volumes entre 80% a 100%. Estas operações são designadas como hedge a valor justo por meio do resultado e são reavaliadas e ajustadas mensalmente.

Os ajustes positivos e negativos decorrentes destes contratos de "hedge" são reconhecidos mensalmente no resultado como receita ou despesa financeira. Os ajustes positivos (negativos) referentes aos contratos de moeda foram registrados no resultado financeiro conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Moeda Estrangeira	13.893	23.023	9.642	19.249

O objetivo do uso destes contratos é neutralizar o efeito de flutuações cambiais onde o ajuste negativo ou positivo do contrato de "hedge" é compensado pelo ganho ou perda cambial - das exposições cobertas.

18. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia está exposta a compromissos altamente prováveis de compra/venda em moeda estrangeira. A exposição futura desta exposição é coberta mensalmente de acordo com a política, que vincula a cobertura de “*hedge*” ao prazo negociado conforme segue: próximos 12 meses: de 50% a 75% de cobertura, entre 12 a 24 meses: de 0% a 75% de cobertura.

É importante ressaltar que a companhia adota um intervalo de cobertura nunca superior a 75% para absorver eventuais oscilações de demanda de mercado, evitando qualquer posição “*overhedged*” e especulativa. O valor justo dos contratos de fluxo de caixa futuros é apresentado em contas do balanço patrimonial (Ativo, Passivo e AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial). O reconhecimento dos ajustes positivos (negativos) de “*hedge*” no custo está atrelado ao momento em que o item protegido afeta a demonstração de resultado.

Os *ajustes* referentes aos contratos de moeda foram registrados no resultado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Moeda Estrangeira	3.437	(18.021)	3.437	(18.021)

b) Exposição a riscos de “*commodities*”

A Companhia está exposta à variação de preços de “*commodities*”, principalmente cobre e alumínio, da qual se protege por meio de contratos de Termo de Mercadorias (Asiático). Os riscos advêm de compras futuras altamente prováveis dessas commodities que não estão fixadas diretamente com fornecedores.

A liquidação de Termo de Mercadorias “Asiático” se dá pela diferença entre a média aritmética dos preços das commodities divulgados pela *London Metal Exchange* (LME) de um período determinado e a taxa contratada. No vencimento, o ajuste é feito entre a diferença do preço médio das commodities com a paridade contratada, quando é feito o acerto entre as partes.

18. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

Hedge de fluxo de caixa--Continuação

b) Exposição a riscos de “commodities”-- Continuação

É importante ressaltar que a Companhia negocia os contratos de *commodities* em dólares. *Portanto*, na análise de exposição de moedas os valores de *commodities* são considerados.

Para proteger-se da exposição de variação nos preços de commodities, a política adotada *estabelece*: cobertura de “*hedge*” para os próximos três anos, sendo necessária a aprovação da Diretoria, da seguinte forma:

	Próximos 9 meses	Entre 10 a 12 meses	Entre 13 a 15 meses	Entre 16 a 18 meses	Entre 19 a 21 meses	Entre 22 e 36 meses
Limite de cobertura	50% a 80%	40% a 70%	30% a 60%	20% a 50%	10% a 40%	0% a 30%

A Companhia adota um intervalo de cobertura nunca superior a 80% para absorver eventuais oscilações de demanda de mercado evitando qualquer posição *overhedged* e especulativa. Os ajustes positivos/(negativos) dos contratos de commodities é apresentado em contas do balanço patrimonial (Ativo, Passivo e AAP – Ajuste de Avaliação Patrimonial). O reconhecimento do ajuste positivo/(negativo) de *hedge* afeta a demonstração de resultado no mesmo momento do item protegido.

O objetivo da contratação desses instrumentos é garantir os compromissos com acionistas evitando variações significativas. Os ajustes referentes aos contratos de commodities foram registrados no custo do produto vendido como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Commodities	8.458	(38.060)	8.458	(38.060)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

c) Exposição a taxas de juros

Risco a taxa de juros é o risco a flutuação da taxa de juros de mercado. A exposição da Companhia decorre do financiamento do FINEP, corrigido pela TJLP, e das aplicações financeiras que são atualizadas pelo CDI. A variação desfavorável na taxa de juros pode afetar negativamente as receitas e despesas financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos financeiros de derivativos designados para hedge de taxa de juros.

d) Operações em aberto (ou não liquidadas)

Os instrumentos financeiros de hedge da Companhia são contabilizados em contas de ativos e passivos. Em 31 de dezembro de 2017, o impacto do *hedge* no balanço esta demonstrado na tabela abaixo:

Controladora			
	Classificação do hedge*	Valores nominais	
		2017	2016
Commodities	CF	173.764	177.589
Moeda estrangeira	CF / FV	318.509	188.140
Total		492.273	365.729

18. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado--Continuação

d) Operações em aberto (ou não liquidadas)--Continuação

Controladora					
	Classificação do hedge*	Valor justo			
		Hedges ativos		Hedges passivos	
		2017	2016	2017	2016
Commodities	CF	14.020	1.169	-	(6.863)
Moeda estrangeira	CF / FV	8.855	3.048	(387)	(9.026)
Total		22.875	4.217	(387)	(15.889)
Circulante		14.747	3.935	(387)	(13.539)
Não circulante		8.128	282	-	(2.350)

Consolidado			
	Classificação do hedge*	Valores nominais	
		2017	2016
Commodities	CF	173.764	177.589
Moeda estrangeira	CF / FV	318.509	226.597
Total		492.273	404.186

Consolidado					
	Classificação do hedge*	Valor justo			
		Hedges ativo		Hedges passivo	
		2017	2016	2017	2016
Commodities	CF	14.020	1.169	-	(6.863)
Moeda estrangeira	CF / FV	8.859	3.048	(387)	(10.840)
Total		22.879	4.217	(387)	(17.703)
Circulante		14.751	3.935	(387)	(15.353)
Não circulante		8.128	282	-	(2.350)

* CF: "Cash Flow Hedge" – Hedge de fluxo de caixa ou FV: "Fair Value Hedge" – Hedge de valor justo

Para as operações em aberto, a Companhia efetuou o cálculo do valor de mercado (MTM, *mark-to-market*) destas operações.

18. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado--Continuação

d) Operações em aberto (ou não liquidadas)--Continuação

A Companhia adota para cálculo do valor justo a curva futura de mercado publicada pela Bloomberg no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

Os ajustes positivos (negativos) referentes aos contratos em aberto foram registrados conforme tabela abaixo:

Controladora	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial		Ajustes positivos/(negativos) reclassificado de ajuste de avaliação patrimonial para resultado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Hedge de Fluxo de Caixa				
Moeda estrangeira	451	(6.606)	3.437	(18.021)
Commodities	14.020	21.032	8.458	(38.060)
Saldo final	14.471	14.426	11.895	(56.081)
Saldo final líquido de impostos	9.551	9.521		

Consolidado	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial		Ajustes positivos/(negativos) reclassificado de ajuste de avaliação patrimonial para resultado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Hedge de Fluxo de Caixa				
Moeda estrangeira	451	(6.606)	3.437	(18.021)
Commodities	14.020	21.032	8.458	(38.060)
Saldo final	14.471	14.426	11.895	(56.081)
Saldo final líquido de impostos	9.551	9.521		

As movimentações das operações de “*hedge accounting*” na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial líquida dos impostos diferidos entre 2017 e 2016, nos montantes de R\$9.551 e R\$9.521, respectivamente, resultam na variação de R\$30, conforme divulgado nas Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido.

18. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. *Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado*--Continuação

e) Exposição em moeda estrangeira no balanço

Ativos e passivos apresentados na posição de balanço foram cobertos por operações de “*hedge*”, dos quais o valor justo referente a estas operações foi reconhecido no resultado como receita ou despesa financeira, conforme abaixo:

Controladora	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido no resultado financeiro	
Valor justo de <i>hedges</i>	31.12.2017	31.12.2016
Exposição líquida de balanço	(20.696)	133.541
Ajuste - <i>hedge</i> moeda estrangeira	13.893	23.023

Consolidado	Ajustes positivos/(negativos) reconhecido no resultado financeiro	
Valor justo de <i>hedges</i>	31.12.2017	31.12.2016
Exposição líquida de balanço	58.239	152.012
Ajuste - <i>hedge</i> moeda estrangeira	9.642	19.249

18. Instrumentos financeiros--Continuação

II. Risco de mercado--Continuação

A. Estratégias de gerenciamento de riscos de mercado--Continuação

e) Exposição em moeda estrangeira no balanço--Continuação

* As operações de commodities são mantidas em dólar. Para conversão utilizamos Ptax VBC de 31/12/2017 3,3080.

A Companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

f) Exposição no período

A tabela abaixo demonstra o efeito esperado das liquidações das operações de hedge quando dos seus vencimentos, considerando o seu valor justo, conforme cenário provável descrito no item VI. Análise de Sensibilidade. Para as operações de “*hedge*” cambial das controladas no exterior, que compõem o consolidado, foram convertidas para reais pela Ptax divulgada pelo Banco Central nas datas finais de cada período:

Controladora					Consolidado				
Q1'18	Q2'18	Q3'18	Q4'18	Total	Q1'18	Q2'18	Q3'18	Q4'18	Total
2.693	2.503	3.420	2.844	12.461	2.693	2.503	4.421	2.844	12.461
Q1'19	Q2'19	Q3'19	Q4'19	Total	Q1'19	Q2'19	Q3'19	Q4'19	Total
2.063	727	496	-	3.287	2.063	727	496	-	3.287
Q1'20	Q2'20	Q3'20	Q4'20	Total	Q1'20	Q2'20	Q3'20	Q4'20	Total
-	-	-	4.841	4.841	-	-	-	4.841	4.841

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não havia depósitos ou garantias em nome da Companhia para as operações de hedges.

18. Instrumentos financeiros--Continuação

III. Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de uma contraparte da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros. A Companhia está exposta a risco de crédito no seu contas a receber, contas a pagar, financiamentos e caixa. Para mitigar seu risco, a Companhia possui política que estabelece diretriz, metodologia e processo para definir limites de créditos de clientes e fornecedores.

A Companhia classifica suas contrapartes conforme avaliação de “rating” determinado internamente através de metodologia própria, revisada e avaliada por auditoria externa independente, levando em consideração os resultados financeiros e de caixa gerados pela contraparte no último exercício. Para contrapartes bancárias, a Companhia utiliza classificação da agência de “rating” Moody’s, conforme tabela:

Contraparte	“Rating” Global Moody’s
Banco do Brasil	Ba3
Bradesco	Ba3
Citibank	Ba3
HSBC	Ba3
Itaú BBA	Ba3
JP Morgan	A3
Santander	Ba3
Deutsche Bank	A3
Société Générale	A2

O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos de financiamento para investir na operação ou pagar seus compromissos. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos.

A Administração acompanha os controles de liquidez e fluxo de caixa monitorando a geração operacional da Companhia e mantém linhas de crédito pré-aprovadas com bancos para mitigar o risco de liquidez.

A Companhia considera que os recursos disponíveis, a geração de caixa operacional e as linhas de crédito existentes são suficientes para as necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.



18. Instrumentos financeiros--Continuação

IV. Gestão do capital social

O objetivo da administração na gestão de capital é assegurar uma classificação de crédito forte, maximizar o valor do acionista e a perpetuidade do negócio.

A Administração pode ajustar o capital da Companhia de acordo com sua estratégia, buscando a melhor estrutura de capital e adequando às condições econômicas atuais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Controladora		
	Alavancagem	
	31.12.2017	31.12.2016
Empréstimos e financiamentos	239.904	309.685
Derivativos	22.488	11.672
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(443.882)	(322.103)
Dívida líquida	(181.490)	(746)
Patrimônio líquido	2.238.578	2.409.961
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.057.088	2.409.215

Consolidado		
	Alavancagem	
	31.12.2017	31.12.2016
Empréstimos e financiamentos	242.712	337.359
Derivativos	22.492	13.486
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.167.658)	(756.352)
Dívida líquida	(902.454)	(405.507)
Patrimônio líquido	2.374.680	2.544.790
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.472.226	2.139.283



18. Instrumentos financeiros--Continuação

V. Análise de sensibilidade

De acordo com a deliberação nº 604/09 da CVM, a Companhia adotou três cenários para análise de sensibilidade.

Sensibilidade a taxa de câmbio e preço de “commodities”

O cenário provável foi calculado baseado no “valor de mercado” que utiliza a curva futura publicada pela Bloomberg no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

A taxa adotada para o cenário provável do Brasil foi a Ptax divulgada pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2017. Para as controladas no exterior, a taxa adotada foi a de fechamento divulgada pela Bloomberg em 31 de dezembro de 2017.

Para o cálculo das operações de Termo de Mercadorias Asiático, foram considerados nos cenários possíveis e remotos à redução no preço de “commodities” de 25% e 50% respectivamente, nos preços futuros das curvas futuras utilizadas no cenário provável.

A tabela abaixo demonstra os ajustes positivos ou (negativos) das operações de derivativos:

Controladora	Risco	No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Posição ativa				
Hedge de metais	Queda do preço das commodities	14.020	(9.783)	(23.805)
Hedge de Moeda	Queda da moeda	6.605	(70.425)	(147.829)
Posição passiva				
Hedge de moeda	Alta das moedas	(37)	(768)	(1.495)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

V. Análise de sensibilidade--Continuação

Sensibilidade a taxa de câmbio e preço de “commodities”--Continuação

Consolidado	Risco	No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Posição ativa				
Hedge de metais	Queda do preço das commodities	14.020	(9.783)	(23.805)
Hedge de moeda	Queda da moeda	6.605	(70.425)	(147.829)
Posição passiva				
Hedge de moeda	Alta das moedas	(37)	(768)	(1.495)

É importante ressaltar que os instrumentos de derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção da exposição e os efeitos dos resultados das operações financeiras são acompanhados dos resultados inversos, no mesmo montante, das atividades operacionais da companhia, uma vez que a Companhia apresenta alto grau de efetividades em suas operações com derivativos.

Para a análise de sensibilidade de taxa de juros de empréstimo e aplicações financeiras, a Companhia considerou TJLP a 6,75% e CDI (Certificado de Depósito Interbancário) a 6,89% para o cenário provável com aumento de 25% e 50% nos cenários possível e remoto, respectivamente. O cálculo feito com base no saldo de principal remanescente do empréstimo e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2017. Os impactos no resultado poderiam ocorrer conforme tabela abaixo:

Controladora	Risco	No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Aplicações financeiras	Baixa da taxa de juros	8.690	6.835	4.935
Empréstimos	Alta da taxa de juros	127.989	129.513	131.417
Consolidado	Risco	No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Aplicações financeiras	Baixa da taxa de juros	10.508	8.300	6.039
Empréstimos	Alta da taxa de juros	127.989	129.513	131.417

BRASTEMP

Consul

KitchenAid

embraco

18. Instrumentos financeiros--Continuação

VI. Valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil, porém os ativos e passivos financeiros da Companhia já estão marcados a valor justo, exceto os empréstimos que estão a custo amortizado, cujo valor justo é próximo ao seu valor contábil.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Ativos financeiro				
Cientes	667.204	789.170	1.266.761	1.393.737
Derivativos em <i>hedge</i>	19.265	4.217	19.269	4.217
Caixa e equivalentes de caixa	473.240	322.103	974.836	756.352
Total	1.159.709	1.115.490	2.260.866	2.154.306
Passivos financeiro				
Fornecedores	1.773.364	1.574.990	2.451.820	2.260.527
Empréstimos	235.559	309.685	269.934	337.359
Derivativos em <i>hedge</i>	3.899	15.889	3.968	17.703
Total	2.012.822	1.900.564	2.725.722	2.615.589

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar.

A Whirlpool usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: mensuração é feita com cálculos baseado em ativos/passivos com cotação em mercado, sem ajuste.

Nível 2: mensuração é feita com técnicas onde, os dados que tem efeitos significativos sobre o valor justo sejam cotados em mercados, direta ou indiretamente.

Nível 3: mensuração é feita com técnicas onde, os dados que tenham efeitos significativos sobre o valor justo não possuem cotação em mercados, direta ou indiretamente.

Os ativos e passivos calculados pelo seu valor justo foram classificados em níveis conforme tabela abaixo:






18. Instrumentos financeiros--Continuação

VI. Valor justo--Continuação

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiro			
Caixa e equivalentes de caixa	1.167.658	-	-
Derivativos em <i>hedge</i>	-	22.879	-
Passivos financeiro			
Empréstimos	-	242.712	-
Derivativos em <i>hedge</i>	-	387	-

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

Para o cálculo, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e outras obrigações de curto prazo não possuem diferenças significativas entre valor contábil e o valor justo ("valor de mercado").
- O valor justo de ativos ou passivos financeiros disponíveis para venda é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras, quando houver.

19. Receita líquida de vendas

A receita bruta e as respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na Demonstração de Resultados da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Receita bruta	8.753.539	8.568.713	12.149.804	11.864.582
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	8.753.539	8.568.713	12.149.804	11.864.582
Deduções	(2.069.716)	(2.115.034)	(2.666.931)	(2.645.817)
Devoluções e cancelamentos	(143.069)	(144.588)	(254.795)	(281.091)
Impostos sobre vendas e serviços	(1.926.647)	(1.970.446)	(2.412.136)	(2.364.726)
Receita líquida	6.683.823	6.453.679	9.482.873	9.218.765

20. Despesas por natureza

As demonstrações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	5.510.287	5.474.416	7.588.776	7.634.030
Despesas com vendas e distribuição	755.869	583.802	1.030.775	777.222
Despesas administrativas	306.294	341.979	412.349	433.157
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	12.083	10.392	56.195	55.932
	6.584.533	6.410.589	9.088.095	8.900.341
Custos de matérias-primas e materiais indiretos	4.076.172	4.123.053	5.416.808	5.590.113
Outros custos	708.494	647.679	1.387.254	1.260.389
Outras despesas (receitas)	468.730	320.014	702.669	473.604
Depreciação e amortização	172.757	153.198	207.225	187.253
Despesas com pessoal	1.158.380	1.166.645	1.374.139	1.388.982
	6.584.533	6.410.589	9.088.095	8.900.341






21. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Receita de juros	32.963	46.513	58.976	89.976
Variações monetárias e cambiais ativas	189.152	376.214	198.296	392.942
Ganhos em operações de <i>Hedge</i>	13.893	73.347	15.916	76.589
Receitas de AVP	334.769	342.457	415.220	422.262
Outras receitas financeiras	51.784	7	53.333	66
Total de receitas financeiras	622.561	838.538	741.741	981.835
Despesas de juros	(76.751)	(104.279)	(36.445)	(28.732)
Variações monetárias e cambiais passivas	(199.688)	(399.299)	(225.010)	(418.547)
Perdas em operações de <i>Hedge</i>	-	(50.324)	(6.274)	(57.340)
Despesas de AVP	(180.999)	(166.704)	(230.386)	(240.582)
Outras despesas financeiras	(76.615)	(77.659)	(90.932)	(107.915)
Total de despesas financeiras	(534.053)	(798.265)	(589.047)	(853.116)
Total	88.508	40.273	152.694	128.719

BRASTEMP

Consul

KitchenAid

embraco

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Whirlpool S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Whirlpool S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Whirlpool S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como a auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornece a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia é parte envolvida em diversos litígios para os quais a avaliação do risco é realizada, com o auxílio dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com base na avaliação da legislação vigente, bem como, jurisprudências relacionadas aos respectivos riscos. As provisões destes processos judiciais estão constituídas pela melhor estimativa da Administração na data-base das demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa e ao grau de julgamento profissional associado à estimativa. Desta forma, o risco relativo à mensuração das provisões para demandas judiciais e administrativas foi significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, (i) avaliação das políticas relacionadas a provisões para demandas judiciais e administrativas referentes a aspectos fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis da Companhia, bem como controles adotados pela Companhia na identificação, avaliação, registro e divulgação dos respectivos riscos envolvidos; (ii) obtenção de cartas de confirmação junto aos assessores jurídicos externos da Companhia, contendo o detalhamento dos status dos processos judiciais e administrativos em andamento, bem como avaliação dos riscos envolvidos e probabilidades de perda; (iii) envolvimento de nossos especialistas em assuntos relacionados a impostos para nos auxiliar na análise das avaliações de riscos determinadas pelos assessores jurídicos externos, bem como andamento dos processos; (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas nas notas explicativas 2.10 e 12, foram apropriadas.

Como base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Julio Braga Pinto
Contador CRC-1SP209957/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**Declaração dos Diretores**

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480/09, os diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como, concordam com a opinião expressa no respectivo Relatório dos Auditores Independentes, ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., declaram, ainda, que todas as informações relevantes relacionadas às demonstrações financeiras, e apenas elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão. Portanto, os Diretores aprovam a emissão das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018.

Diretores:

João Carlos Costa Brega
Paulo Domingos Mileo Miri
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina
Luis Felipe Berthi Abboud Dau
Úrsula Luciana Angeli
Eduardo Gazineu Cezar de Andrade
Paulo Henrique Seabra Teixeira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480/09, os diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como, concordam com a opinião expressa no respectivo Relatório dos Auditores Independentes, ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., declaram, ainda, que todas as informações relevantes relacionadas às demonstrações financeiras, e apenas elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão. Portanto, os Diretores aprovam a emissão das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2018.

Diretores:

João Carlos Costa Brega
Paulo Domingos Mileo Miri
Bernardo Ribeiro dos Santos Gallina
Luis Felipe Berthi Abboud Dau
Úrsula Luciana Angeli
Eduardo Gazineu Cezar de Andrade
Paulo Henrique Seabra Teixeira